

**TERRA FERTIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS – EIRELI
DINÂMICA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA
MARCOS PAULO VIECILLI-EPP**

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
Agosto de 2021**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDLC 2U2C9 5CM8H QLMUB

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 / (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CHOPINZINHO – ESTADO DO PARANÁ.

Dr. Rafael de Carvalho Paes Leme

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de **agosto de 2021**, das Recuperandas **Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA e Marcos Paulo Viecelli-EPP**, disponibilizadas por meio da contadora responsável Fabíola Cristina Paetzold Sclaro—CRC/PR 056356/O-3, devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta em incidente processual, apenso aos autos de **Recuperação Judicial nº 0002133-86.2020.8.16.0068** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 08 de outubro de 2021.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	10
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	15
5. ENDIVIDAMENTO	30
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	40
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	47
GLOSSÁRIO	73
ANEXOS	75



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades da Recuperanda	Haja vista a crise econômico financeira enfrentada pelas Recuperandas, as mesmas defrontam diversas dificuldades, como as decorrentes de credores extraconcursais que estão tomando medidas de bloqueios administrativos de liberação de documentos para utilização de prancha para transporte de maquinário. Na busca pela superação das dificuldades supramencionadas estão sendo seguidas normas de redução de custos para que os valores sejam revertidos a empresa para composição e fluxo de caixa para pagamento a credores concursais.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária, não houveram alterações se comparada ao mês antecedente. No que tange ao quadro de funcionários, as Recuperandas promoveram 13 (treze) demissões no mês de agosto, findando o mês em apreço com 21 funcionários ativos.
Informações Financeiras	<p>As Recuperandas apresentaram redução de 0,54% no saldo do Imobilizado relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens.</p> <p>Conforme informações do Sr. João Paulo assessor contábil das Recuperandas, o valor de R\$ 21,498 milhão contabilizado à título de intangível se refere ao direito de exploração das terras (propriedades rurais arrendadas) pelo Sr. Marcos Paulo Viecilli, valor esse calculado com base nas regras contratuais que previam o pagamento de 318.000 sacas de soja durante a vigência do contrato, ao valor de R\$ 73,04/Saca na data da assinatura dos referidos contratos. Verificamos o registro do valor de R\$ 79,1 mil no Custo das Mercadorias/Serviços Vendidos no mês de agosto/2021, tendo como principal contribuinte a conta de Combustíveis e Lubrificantes que, apesar de não ter sido registrado receitas neste mês, houve o registro de R\$ 75,23 mil nesta rubrica.</p> <p>Analisando as Despesas Operacionais do mês de agosto/2021 em comparação ao mês anterior contatamos uma redução de aproximadamente 80,73% afetado principalmente pelas seguintes variações:</p> <p>Despesas com Vendas: redução de 97,42% devido a paralização das operações com transporte da TERRA FÉRTIL no mês de agosto/2021. Conforme informações obtidas junto ao Sr. João Paulo, constatamos que houve a apreensão dos veículos (caminhões) utilizados na operação de transporte, resultando na paralização da operação conforme constatado nas demonstrações contábeis das Recuperandas, motivo pelo qual não houve o registro de receita neste mês.</p> <p>Despesas Financeiras: em decorrência da valoração do saldo a pagar do contrato de arrendamento relativo ao saldo de 199.377 sacas de soja, à cotação de R\$ 164,44 em 31/08/2021.</p>



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Endividamento	No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores movs. 1.71-1.72, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior a R\$41 milhões , sendo os credores classificados como trabalhistas e quirografários. Ademais, no mov. 200 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de R\$ 53.232.178,71 (cinquenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e setenta e oito reais e setenta e um centavos) .
Plano de Recuperação Judicial	As Recuperandas apresentaram em seu Plano de Recuperação Judicial ao mov. 195, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I da Lei 11.101/2005. Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial.
Informações Processuais	No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).



2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

- 2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA



Atividades das Recuperandas

Haja vista a crise econômico financeira enfrentada pelas Recuperandas, as mesmas defrontam diversas dificuldades, como as dificuldades decorrentes de credores extraconcursais que estão tomando medidas de bloqueios administrativos de liberação de documentos para utilização de prancha para transporte de maquinário. Na busca pela superação das dificuldades supramencionadas estão sendo seguidas normas de redução de custos para que os valores sejam revertidos a empresa para composição e fluxo de caixa para pagamento a credores concursais.

2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS

A empresa **TERRA FÉRTIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS - EIRELI**, teve início as suas atividades no ano de 2011, representando a empresa Shimizu Fertilizantes, atuando em todo o estado do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e também no Paraguai. A Requerente oferecia aos seus clientes linha completa de soluções em fertilizantes, produtos que agiam na liberação e absorção de nutrientes para o solo e plantas, melhorando suas propriedades químicas, físicas e biológicas.

Ademais, a empresa Terra Fértil possuía faturamento anual na monta de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e realizava na região onde atua, todo o treinamento de seus colaboradores para a realização de venda de produtos e produção de materiais para marketing, visando o desenvolvimento de mercado.

Não obstante, a empresa **DINÂMICA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA** foi constituída em 2015, possuindo também grande atuação econômica na região, oferecendo serviços de apoio na produção rural e produtos agropecuários. Outrossim, o produtor rural e sócio das Requerentes, **Sr. MARCOS PAULO VIECILLI**, possui extensa expertise na produção de grãos no Estado de Roraima, região onde atua desde o ano de 2010. Desse modo, cumpre ressaltar que as atividades econômicas das empresas supraditas se encontram interligadas e se complementam, objetivando o desenvolvimento econômico do Grupo.

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Aprioristicamente, cumpre ressaltar que a Requerente **Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – EIRELI** possuía contrato de representação comercial com a empresa Shimizu Fertilizantes, realizando todo o desenvolvimento de venda de insumos agrícolas da referida marca, atividade a qual representava **95% (noventa e cinco por cento) do faturamento bruto da Requerente**.

Todavia, a crise financeira do Grupo Terra Fértil teve seu início com o rompimento do referido contrato de representação comercial com a empresa Shimizu Fertilizantes, uma vez que houve desacordo entre as partes e as atividades foram descontinuadas, causando abrupta queda no faturamento da empresa. Consequentemente, a empresa Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA também fora afetada financeiramente, visto que recebia por reflexo os clientes da empresa Terra Fértil.

A partir de então, o sócio das Requerentes viu a necessidade de adquirir caminhões, contratar funcionários e alterar o objeto social da empresa para transportes de carga à terceiros, vislumbrando o soerguimento da empresa. No entanto, o retorno financeiro da nova atividade empresarial iniciada está oscilante, ainda sendo a situação agravada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, tornando improvável a superação da crise financeira sem o amparo de legislação própria.

Em breve síntese, a crise econômica do Grupo Terra Fértil teve como principais motivos da crise econômica: encerramento do contrato de representação com a Shimizu Fertilizantes; queda no faturamento decorrente da pandemia causada pela COVID-19; restrições de crédito, dificuldade ao acesso à capital e elevado nível de exposição nos contratos futuros; e elevação do endividamento e descompasso no fluxo de caixa. Destarte, o estado de endividamento em que as Devedoras se encontram acarretou na tomada de medidas expropriatórias pelos credores, os quais podem inviabilizar a continuidade da empresa.



Atividades das Recuperandas

Haja vista a crise econômico financeira enfrentada pelas Recuperandas, as mesmas defrontam diversas dificuldades, como as dificuldades decorrentes de credores extraconcursais que estão tomando medidas de bloqueios administrativos de liberação de documentos para utilização de prancha para transporte de maquinário. Na busca pela superação das dificuldades supramencionadas estão sendo seguidas normas de redução de custos para que os valores sejam revertidos a empresa para composição e fluxo de caixa para pagamento a credores concursais.

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Medidas adotadas:

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas são:

- A retomada de atividade como a busca de realização e novos contratos para transporte a terceiros;
- Busca pela redução de custos mensais visando aguardar a retomada de fluxo normal da economia;
- Estão sendo seguidas normas de redução de custos para que os valores sejam revertidos a empresa para composição e fluxo de caixa para pagamento a credores concursais.

Principais dificuldades enfrentadas:

As principais dificuldades enfrentadas pelas Recuperandas no período foram:

- Dificuldades decorrentes de credores extraconcursais que estão tomando medidas de bloqueios administrativos de liberação de documentos para utilização de prancha para transporte de maquinário;
- Dificuldades decorrentes de credores extraconcursais que estão tomando medidas de bloqueios administrativos de liberação de documentos para utilização de prancha para transporte de maquinário;
- Credor concursal que busca a retomada de área onde são produzidos grãos do Sr. Marcos Paulo Viecilli;
- Falta de crédito no mercado;
- Busca de consolidação de propriedade em residência de ex-sócia.



3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária, não houveram alterações se comparada ao mês antecedente. No que tange ao quadro de funcionários, as Recuperandas promoveram 13 (treze) demissões no mês de agosto, findando o mês em apreço com 21 funcionários ativos.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em agosto de 2021, não foram registradas mudanças na estrutura societária das Recuperandas, tais como: aportes de capital, investimentos em outras sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social das empresas. A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária das Recuperandas:

TERRA FÉRTIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS EIRELI

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Marcos Paulo Viecilli	88.000	R\$ 88.000,00	100%
Total	88.000	R\$ 88.000,00	100%

Fonte: : Contrato Social e Alterações da Recuperanda.

DINÂMICA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Marcos Paulo Viecilli	99.800	R\$ 99.800,00	100%
Total	99.800	R\$ 99.800,00	100%

Fonte: : Contrato Social e Alterações da Recuperanda.

MARCOS PAULO VIECILLI - EPP

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Marcos Paulo Viecilli	-	R\$ 25.000,00	100%
Total	-	R\$ 25.000,00	100%

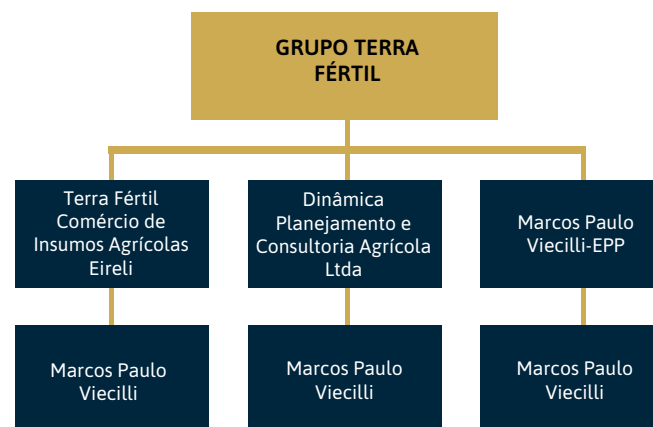
Fonte: : Contrato Social e Alterações da Recuperanda.



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária, não houveram alterações se comparada ao mês antecedente. No que tange ao quadro de funcionários, as Recuperandas promoveram 13 (treze) demissões no mês de agosto, findando o mês em apreço com 21 funcionários ativos.

O Grupo Terra Fértil possui a seguinte estrutura societária:



Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As Recuperandas estão elaborando um organograma de estrutura organizacional para envio à esta Administradora Judicial.

3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

O grupo Terra Fértil possui as seguintes unidades de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas Eireli – Matriz	14.368.453/0001-80	Chopinzinho/PR
Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas Eireli – Filial	14.368.453/0002-60	Boa Vista/RR
Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola Ltda	22.085.999/0001-51	Chopinzinho/PR
Marcos Paulo Viecilli – EPP	36.991.241/0001-97	Boa Vista/RR

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária, não houveram alterações se comparada ao mês antecedente. No que tange ao quadro de funcionários, as Recuperandas promoveram 13 (treze) demissões no mês de agosto, findando o mês em apreço com 21 funcionários ativos.

3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os principais FORNECEDORES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Transmarine Soluções Logísticas Ltda	31.590.673/0001-72

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

Os principais CLIENTES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Yara Brasil Fertilizantes S/A	92.660.604/0142-13
Mirian Candeias Auto Posto Ltda	20.981.640/0001-37
Mirian Auto Posto Ltda	16.519.674/0001-37
Mirian Itaituba Auto Posto Ltda	14.637.863/0001-89
Mirian Miritituba Auto Posto Ltda	24.614.710/0001-70
Mirian Matupa Auto Posto Ltda	30.122.975/0001-53
Mirian Vilhena Auto Posto Com. Comb. Lubrif. Gás. Cult. Mad. Ltda	02.393.780/0001-02
Posto Rodovana Ltda	03.121.901/0001-20
Xaxim Comercio De Combustíveis Ltda	00.345.307/0001-24
Posto Aldo Linho Ltda	73.914.749/0001-18
Posto Aldo Primaveira Ltda	00.135.201/0001-04
Posto Aldo Sorriso Ltda	06.341.664/0001-09
Posto Aldo São Jose Dos Pinhais Ltda	05.302.222/0001-82
Posto Aldo Paranagua I Ltda	01.253.054/0001-21
Posto Aldo Itaituba Km 30 C Comb Ltda	30.079.828/0001-48
Posto Aldo Cuiabá Ltda	24.956.658/0001-30
Posto Aldo Rondonópolis Ltda	37.523.586/0001-89
Comercio de Combustíveis Kist Ltda	75.635.854/0002-24
Petropato Comércio de Combustíveis Ltda	32.735.856/0001-00
ANF Combustíveis e Comércio Eireli - EPP	30.757.976/0001-74

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas



4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.3 ATIVO IMOBILIZADO
- 4.4 ÍNDICES FINANCEIROS



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial das Recuperandas do mês de agosto de 2021. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	jul-21	ago-21	Variação	Ref.
ATIVO				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	144.269,47	143.755,83	-0,36%	
Clientes	5.540.576,89	5.540.576,89	0,00%	
Outros Créditos	925.403,39	1.693.069,60	82,95%	a
Estoques	6.708.916,02	6.718.948,43	0,15%	
Despesas Pagas Antecipadamente	65.839,30	52.671,44	-20,00%	
	13.385.005,07	14.149.022,19	5,71%	
Não Circulante				
Títulos a receber	123.277,19	123.277,19	0,00%	
Outros créditos	3.457.508,61	2.701.062,77	-21,88%	b
Investimentos/Consórcios	14.600,00	14.600,00	0,00%	
Imobilizado	48.702.744,94	48.441.576,49	-0,54%	c
Intangível	21.498.892,20	21.498.892,20	0,00%	d
	73.797.022,94	72.779.408,65	-1,38%	
TOTAL DO ATIVO	87.182.028,01	86.928.430,84	-0,3%	

Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	jul-21	ago-21	Variação	Ref.
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	14.623.779,12	14.824.021,67	1,37%	
Fornecedores	8.235.374,35	8.235.374,35	0,00%	
Obrigações fiscais	1.154.236,01	1.154.408,30	0,01%	
Obrigações sociais e trabalhistas	1.283.320,93	1.244.755,90	-3,01%	
Outras Obrigações	2.130.306,44	2.130.249,11	0,00%	
	27.427.016,85	27.588.809,33	0,59%	
Realizável a Longo Prazo				
Outras obrigações	13.627.522,86	13.627.522,86	0,00%	
Obrigações a pagar em recuperação judicial	35.925.449,74	36.100.901,50	0,49%	
Empréstimos e Financiamentos	44.885.883,83	44.885.883,83	0,00%	
Mútuos - Partes relacionadas	2.083.537,99	2.091.912,50	0,40%	
	96.522.394,42	96.706.220,69	0,19%	
Patrimônio Líquido				
Capital Social	5.040.122,36	5.040.122,36	0,00%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-41.807.505,62	-42.406.721,54	1,43%	
	-36.767.383,26	-37.366.599,18	1,63%	
TOTAL DO PASSIVO	87.182.028,01	86.928.430,84	-0,3%	



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no **balancete mensal**, fornecido pelas Recuperandas para o mês de agosto de 2021. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	jul-21	ago-21	Variação	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	896.410,45	0,00	-100,00%	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-70.199,03	0,00	-100,00%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	826.211,42	0,00	-100,00%	
(-) CUSTO DOS PRODUTOS MERCADORIAS E SERVIÇOS	-151.518,83	-79.121,74	-47,78%	e
(-) CUSTO DA PRODUÇÃO RURAL	0,00	0,00	0,00%	
(=) LUCRO BRUTO	674.692,59	-79.121,74	-111,73%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-2.682.091,13	-516.899,66	-80,73%	f
DESPESAS COM VENDAS	-208.986,17	-5.401,72	-97,42%	g
ADMINISTRATIVAS	-437.397,60	-335.169,85	-23,37%	
COM VEICULOS	0,00	0,00	0,00%	
DESPESAS FINANCEIRAS	-2.030.416,12	-176.102,19	-91,33%	h
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00%	
DESPESAS TRIBUTARIAS	-5.291,24	-225,90	-95,73%	
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,00%	
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-2.007.398,54	-596.021,40	-70,31%	
(+/-) RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,00%	
(=) RESULTADO ANTES DA CS E IR	-2.007.398,54	-596.021,40	-70,31%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-9.681,23	0,00	-100,00%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-10.756,93	0,00	-100,00%	
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-2.027.836,70	-596.021,40	-70,61%	

Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

Notas:

- a) Variação relativo a transferência da parcela de Longo para o Curto Prazo.
b) Idem comentário anterior.
c) As Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens.
d) Conforme informações do **Sr. João Paulo** assessor contábil das Recuperandas, o valor de **R\$ 21,498 milhão** contabilizado à título de intangível se refere ao direito de exploração das terras (propriedades rurais arrendadas) pelo **Sr. Marcos Paulo Viecilli**, valor esse calculado com base nas regras contratuais que previam o pagamento de **318.000 sacas de soja** durante a vigência do contrato, ao valor de **R\$ 73,04/Saca** na data da assinatura dos referidos contratos, conforme apresentado a seguir:

Fazenda	Vendedor	ha	Custo Aquisição (ha)
			6.174,04
Fazenda Canjarana	Wilson Bottini	910,0382	5.618.611,81
Fazenda Canjarana II	Camila Petry Bottini	434,1471	2.680.441,35
Fazenda Canjarana III	Maicon Leandro Rafaeli	957,8801	5.913.989,59
Fazenda Canjarana IV	Cristiano Alexandre Rafaeli	898,6332	5.548.196,89
Fazenda Agua Boa Vista II	Osmar Rafaeli	281,445	1.737.652,55
Fazenda Agua Boa Vista	Osmar Rafaeli	279,8537	1.727.827,80
Total		3761,997	23.226.720,00

Assim, considerando que o valor de **R\$ 1,727 milhão da Fazenda Água Boa Vista** foi incorporado ao **Imobilizado** das **Recuperandas**, apura-se o valor registrado no intangível (**R\$ 23,226 milhão – R\$ 1,727 milhão = R\$ 21,498 milhão**).

- e) Verificamos o registro do valor de **R\$ 79,1 mil no Custo das Mercadorias/Serviços Vendidos** no mês de agosto/2021, tendo como principal contribuinte a conta de **Combustíveis e Lubrificantes** que, apesar de não ter sido registrado receitas neste mês, houve o registro de **R\$ 75,23 mil** nesta rubrica.
f) Analisando as **Despesas Operacionais** do mês de agosto/2021 em comparação ao mês anterior contatamos uma redução de aproximadamente 80,73% afetado principalmente pelas seguintes variações:
g) **Despesas com Vendas: redução de 97,42% devido a paralização das operações com transporte da TERRA FÉRTIL no mês de agosto/2021.** Conforme informações obtidas junto ao **Sr. João Paulo**, constatamos que houve a apreensão dos veículos (caminhões) utilizados na operação de transporte, resultando na paralização da operação conforme constatado nas demonstrações contábeis das Recuperandas, motivo pelo qual não houve o registro de receita neste mês.
h) **Despesas Financeiras:** em decorrência da valoração do saldo a pagar do contrato de arrendamento (ver nota d) relativo ao saldo de **199.377 sacas de soja**, à cotação de **R\$ 164,44** em **31/08/2021**, conforme demonstrativo a seguir:



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

SACAS	COTAÇÃO (R\$)	TOTAL PAGAR (R\$)	DATA	VARIAÇÃO/CORREÇÃO
199377	160,52	32.003.996,04	38/02/2021	-1.036.760,40
199377	166,44	33.184.307,88	31/03/2021	1.180.311,84
199377	172,10	34.312.781,70	30/04/2021	1.128.473,82
199377	168,22	33.539.198,94	31/05/2021	-773.582,76
199377	153,38	30.580.444,26	30/06/2021	-2.958.754,68
199377	163,56	32.610.102,12	31/07/2021	2.029.657,86
199377	164,44	32.785.553,88	31/08/2021	175.451,76



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

4.3 ATIVO IMOBILIZADO

Complementar as informações apresentadas no item anterior, em especial a **nota a**, apresenta-se a seguir a posição do Imobilizado das Recuperandas em **31/08/2021**, demonstrada de forma analítica.

ATIVO IMOBILIZADO DO GRUPO TERRA FÉRTIL EM 31/08/2021

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	IMÓVEIS					
		Fazenda Agua Boa Vista (Marcos)	1.727.827,80	0,00	0,00	1.727.827,80
Total IMÓVEIS			1.727.827,80	0,00	0,00	1.727.827,80
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	Instalações	4.470,00			4.470,00
		Equipamentos para Processamento de Dados	9.491,14			9.491,14
		Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	1.221.524,25			1.221.524,25
		Móveis e Utensílios	23.629,93			23.629,93
		Veículos	39.761.505,90			39.761.505,90
		Veículos (Dinâmica)	140.000,00			140.000,00
		Maquinas, Aparelhos e Equipamentos (Marcos)	2.450,00			2.450,00
		Veículos (Marcos)	251.000,00			251.000,00
		Colheitadeira (Marcos)	3.050.000,00			3.050.000,00
		Trator (Marcos)	1.589.500,00			1.589.500,00
		Plantadeira (Marcos)	1.542.300,00			1.542.300,00
		Tanque Reservatorio (Marcos)	34.000,00			34.000,00
		Pulverizador (Marcos)	1.241.000,00			1.241.000,00
		Plataforma de Corte (Marcos)	956.500,00			956.500,00
		Caminhão (Marcos)	287.000,00			287.000,00
		Ensiladora (Marcos)	108.790,43			108.790,43
		Carretas Agrícolas (Marcos)	212.582,00			212.582,00
		Container (Marcos)	60.000,00			60.000,00
		Sistema Hidraulico (Marcos)	65.000,00			65.000,00
		Maquinarios para Atividade Rural (Marcos)	225.000,00			225.000,00
Total BENS EM OPERAÇÃO			50.785.743,65	0,00	0,00	50.785.743,65
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO					
		Consórcio - Banco Sicoob (Marcos)	32.050,21			32.050,21
		Consórcio - Banco Santander (Marcos)	21.434,75			21.434,75
Total IMOBILIZADO EM ANDAMENTO			53.484,96	0,00	0,00	53.484,96
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	(-) DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(-) Deprec. Equipamentos p/Processamento de Dados	-4.269,29		-67,86	-4.337,15
		(-) Deprec. Edifícios e Instalações	-3.025,72		0,00	-3.025,72
		(-) Deprec. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	-175.968,19		-10.697,26	-186.665,45
		(-) Deprec. Móveis e Utensílios	-16.203,82		0,00	-16.203,82
		(-) Deprec. Veículos	-3.660.294,45		-250.053,13	-3.910.347,58
		(-) Deprec. Veículos (Dinâmica)	-4.550,00		-350,00	-4.900,00
Total (-) DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			-3.864.311,47	0,00	-261.168,25	-4.125.479,72
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO			48.702.744,94	0,00	-261.168,25	48.441.576,69

Fonte: Posição elaborada pelo Grupo TERRA FÉRTIL em 31/08/2021 – Balancete Contábil



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

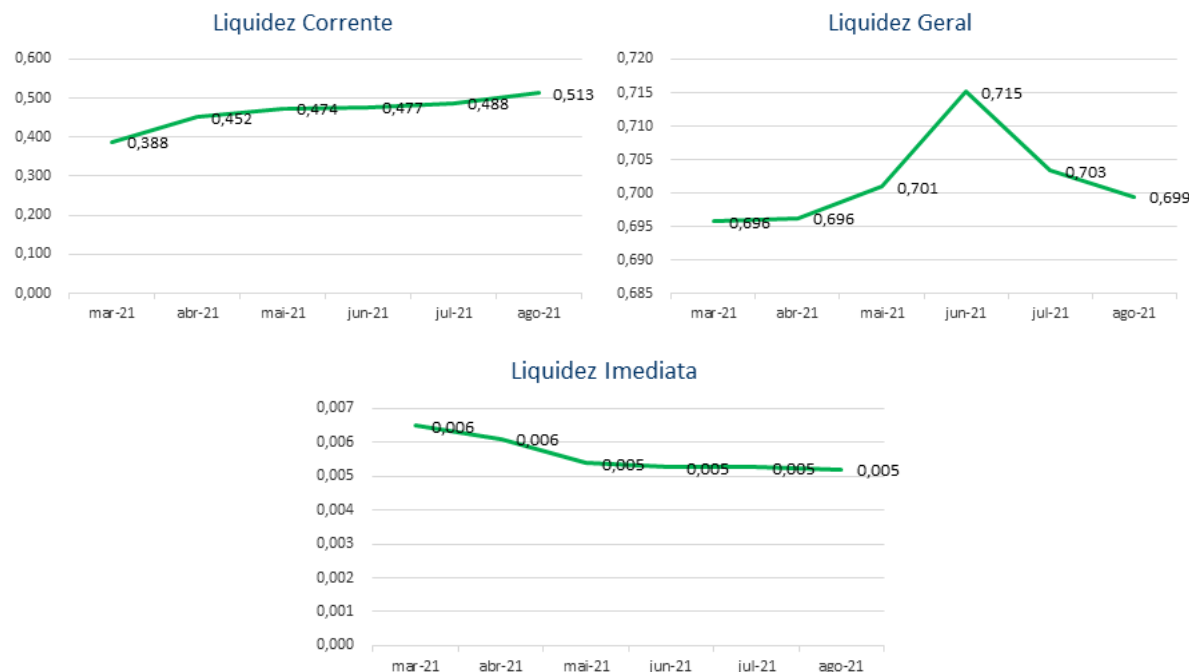
4.4 ÍNDICES FINANCEIROS

Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade das Recuperandas. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	jul-21	Índice	ago-21	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	13.385.005,07	0,488	14.149.022,19	0,513
	Passivo Circulante	27.427.016,85		27.588.809,33	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	144.269,47	0,005	143.755,83	0,005
	Passivo Circulante	27.427.016,85		27.588.809,33	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	87.182.028,01	0,703	86.928.430,84	0,699
	Passivo Circulante + Não Circulante	123.949.411,27		124.295.030,02	

Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

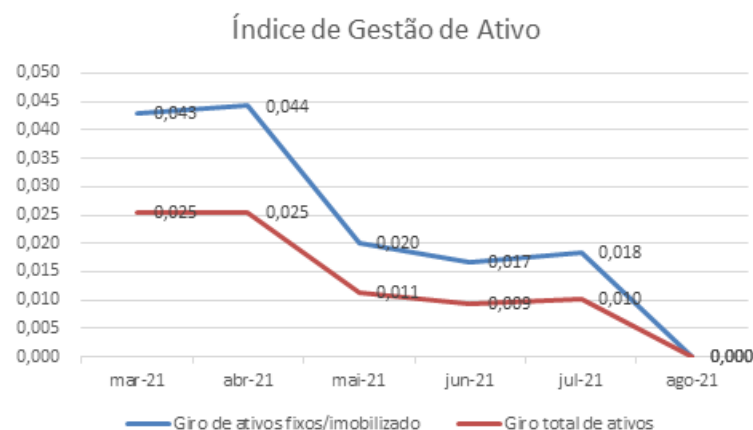
As Recuperandas apresentaram redução no índice de **Liquidez Imediata (0,94%)** **Liquidez Geral (0,57%)** com **aumento no índice de Liquidez Corrente (5,09%)**.



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

Índice de gestão de ativo					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	jul-21	Índice	ago-21	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	896.410,45	0,018	0,00	0,000
	Ativo Imobilizado	48.702.744,94		48.441.576,49	
Índice de giro total de ativos	Receitas	896.410,45	0,010	0,00	0,000
	Ativo	87.182.028,01		86.928.430,84	



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

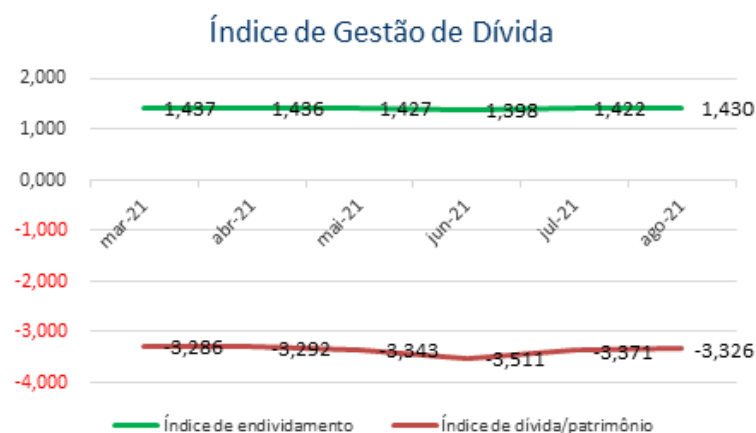
O índice de **giro do total de ativos** mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

Os índices de Gestão do Ativo apresentaram redução de **100%** no mês de agosto/2021 devido a ausência de faturamento pelas Recuperandas.

Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

Índice de gestão de dívida					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	jul-21	Índice	ago-21	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	123.949.411,27	1,422	124.295.030,02	1,430
	Ativo	87.182.028,01		86.928.430,84	
Índice de dívida/ patrimônio	Passivo Circulante + ELP	123.949.411,27	-3,371	124.295.030,02	-3,326
	Patrimônio Líquido	-36.767.383,26		-37.366.599,18	



O índice de **endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se uma piora nos índices de **Endividamento** no último mês e, quando comparado os meses de julho e agosto/2021, verifica-se aumento de **0,57%** se comparado ao mês anterior.

O Índice de ***Dívida/Patrimônio*** apresentou redução de **1,33%**, demonstrando um aumento do passivo das Recuperandas em relação ao seu Patrimônio Líquido, principalmente devido ao PL estar negativo.



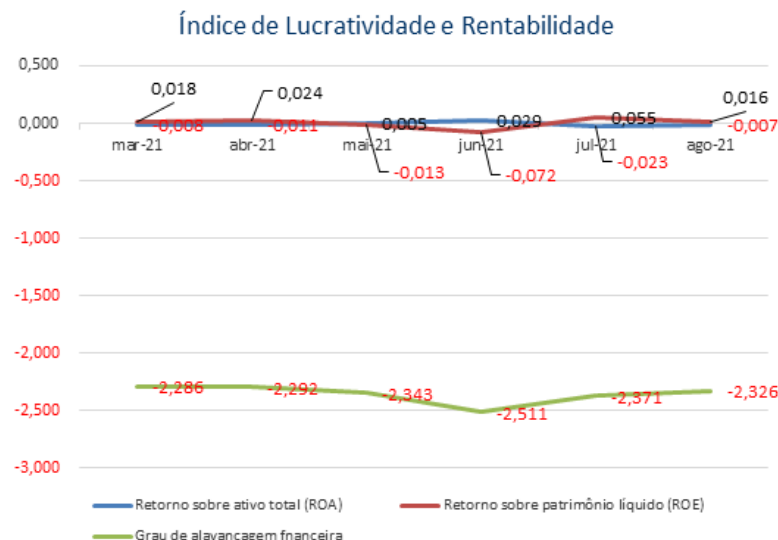
Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

Índice de lucratividade e rentabilidade					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	jul-21	Índice	ago-21	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-2.027.836,70	-2,262	-596.021,40	#DIV/0!
	Receita de Vendas	896.410,45		0,00	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-2.007.398,54	-2,239	-596.021,40	#DIV/0!
	Receita de Vendas	896.410,45		0,00	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	674.692,59	0,817	-79.121,74	#DIV/0!
	Receita Operacional Líquida	826.211,42		0,00	
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-2.007.398,54	-0,023	-596.021,40	-0,007
	Ativo	87.182.028,01		86.928.430,84	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-2.027.836,70	-0,023	-596.021,40	-0,007
	Ativo	87.182.028,01		86.928.430,84	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-2.027.836,70	0,055	-596.021,40	0,016
	Patrimônio Líquido	-36.767.383,26		-37.366.599,18	
Grau de alavancagem financeira	ROE	0,055	-2,371	0,016	-2,326
	ROA	-0,023		-0,007	

Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade das Recuperandas, verificamos que a exemplo do mês anterior, em agosto/2021 os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

Quanto ao índice de Retorno sobre o PL (ROE), ressalta-se que este se apresenta positivo em alguns meses devido ao PL das Recuperandas estar negativo.

Com base neste resultado, é salutar mencionar a necessidade de as Recuperandas buscarem a melhora dos seus resultados com vistas ao cumprimento do planejamento de RJ inicial dentro dos prazos estipulados



Informações Financeiras

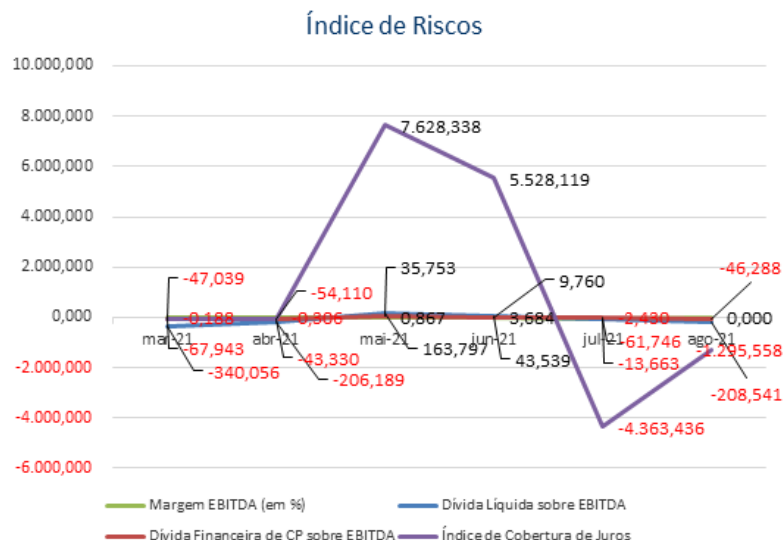
No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.

Índice de Riscos					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	jul-21	Índice	ago-21	Índice
Margem EBITDA (em %)	EBITDA	-2.007.398,54	-2,430	-596.021,40	#DIV/0!
	Receita Líquida	826.211,42		0,00	
Dívida Líquida sobre EBITDA	Dívida Financeira Líquida	123.949.411,27	-61,746	124.295.030,02	-208,541
	EBITDA	-2.007.398,54		-596.021,40	
Dívida Financeira de CP sobre EBITDA	Dívida Financeira de CP	27.427.016,85	-13,663	27.588.809,33	-46,288
	EBITDA	-2.007.398,54		-596.021,40	
Índice de Cobertura de Juros	EBIT	-2.007.398,54	-4.363,436	-596.021,40	-1.295,558
	Pagamento de Juros	460,05		460,05	



Informações Financeiras

No período em comento, as Recuperandas apresentaram redução de **0,54%** no saldo do **Imobilizado** relativo a contabilização da Depreciação mensal, contudo sem alteração nos valores originais dos seus bens. Destarte, constatou-se uma redução de aproximadamente 80,73% se analisado as **Despesas Operacionais**. Não obstante, também verificou-se uma redução de **97,42%** devido a paralização das operações com transporte da **TERRA FÉRTIL**.



Margem EBITDA (em %): Mede a capacidade da empresa em gerar caixa operacional em função de sua capacidade de venda. Quanto maior, melhor.

Dívida Líquida sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida da empresa em função de sua geração de caixa. Em empresas saudáveis esse índice não passa de três ou quatro vezes. Quanto maior, pior.

Dívida Financeira de CP sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida financeira de curto prazo da empresa em função de sua capacidade de geração de caixa. Quanto maior, pior.

Índice de Cobertura de Juros: Avalia a capacidade da empresa em remunerar, em termos de caixa, seus credores com os recursos proveniente de seus ativos operacionais. Quanto maior, melhor.

No mês de agosto/2021 verificamos que todos os índices apresentam resultados inadequados, tendo em vista, principalmente, que as Recuperandas têm apresentado resultados negativos nos últimos meses, além do que possuem um alto grau de endividamento refletindo nos indicadores apresentados.



5. ENDIVIDAMENTO

- 5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- 5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Endividamento

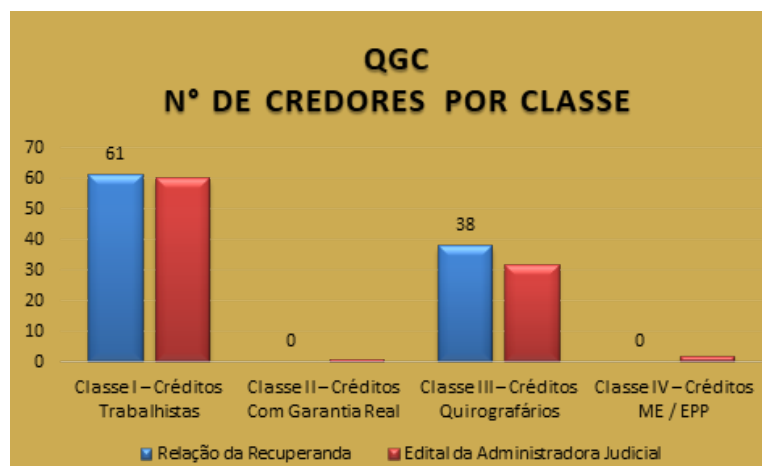
No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores movs. 1.71-1.72, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior a **R\$41 milhões**. Ademais, no mov. 200 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz mais de **R\$ 53 milhões**.

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas aos movs. 1.71-1.72, apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$41.367.261,68 (quarenta e um milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos)**. Ademais, no mov. 200 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 53.232.178,71 (cinquenta e três milhões, duzentos e trinta e dois reais, cento e setenta e oito reais e setenta e um centavos)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações por classe de credores:

Classe	Moeda	Edital das Recuperandas		Edital da Administradora Judicial	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	61	730.165,26	60	353.190,2
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	-	-	1	2.132.799,5
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	38	40.637.096,42	32	49.333.409,8
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	-	-	2	1.412.779,0
Total		99	41.367.261,68	95	53.232.178,7

Fonte: Edital das Recuperandas



Fonte: Relação de Credores movs. 24.14 e 24.15



Endividamento

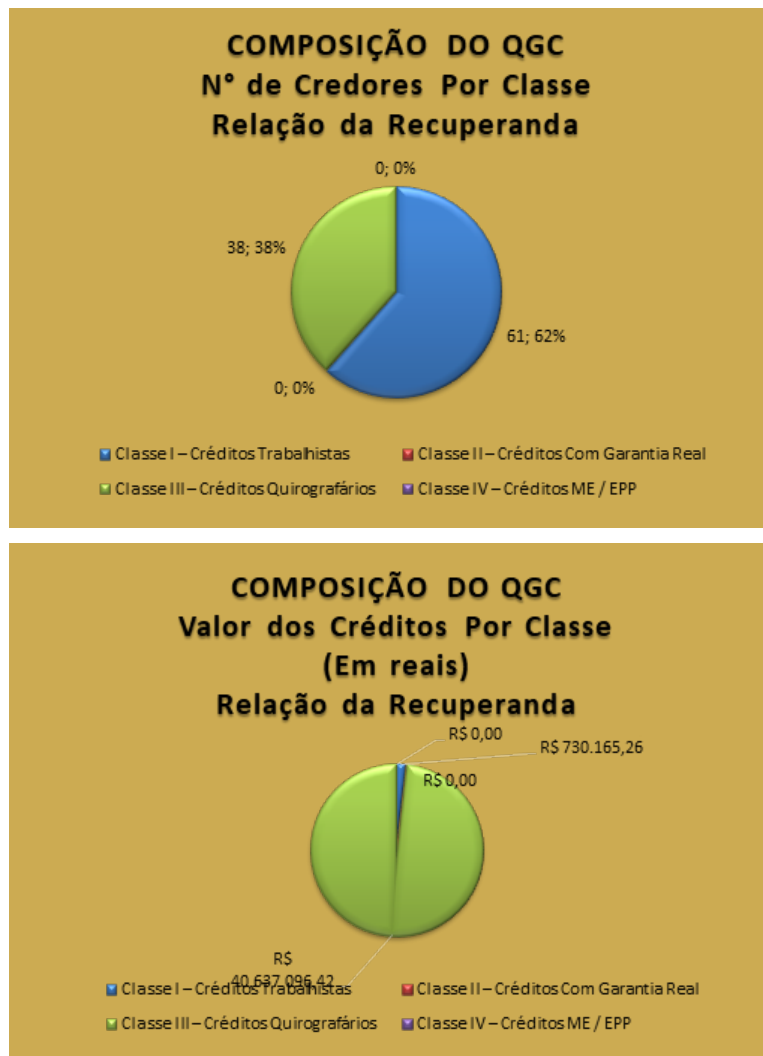
No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores movs. 1.71-1.72, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior a **R\$41 milhões**. Ademais, no mov. 200 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz mais de **R\$ 53 milhões**.



Fonte: Relação de Credores movs. 24.14 e 24.15

Endividamento

No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores movs. 1.71-1.72, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior a **R\$41 milhões**. Ademais, no mov. 200 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz mais de **R\$ 53 milhões**.



Fonte: Relação de Credores movs. 24.14 e 24.15



Endividamento

Tratando-se acerca dos créditos não sujeitos ao processo de Recuperação Judicial, impende mencionar que no mês em apreço, as Recuperandas apresentaram posição de suas dívidas tributárias no importe total de **R\$ 2.407.908,37 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos)**, assim como, apresentou dívida de **R\$ 56.748.071,74 (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setenta e um reais e setenta e quatro centavos)** relativo aos contratos com garantia por alienação fiduciária e cessão fiduciária.

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas informaram os credores que ostentam natureza de alienação fiduciária, e consequentemente de natureza extraconcursal. Isto posto, em contato diretamente com as Recuperandas esta Administradora Judicial solicitou a relação completa de credores não concursais para elaboração do presente relatório. Desta forma, fora constatado a existência de tais débitos não concursais:

Natureza do Crédito Extraconcursal	Moeda	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Débitos Tributários/Trabalhistas	BRL	3	2.407.908,37
Contratos de Alienação Fiduciária	BRL	13	53.916.596,44
Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios	BRL	2	2.831.475,30
Arrendamentos Mercantis	BRL	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	BRL	-	-
Obrigações de Fazer, de Dar e/ou de Entregar	BRL	-	-
Obrigações líquidas	BRL	-	-
Total		18	59.155.980,11

Fonte: Informações apresentada pelas Recuperandas nos autos de RJ e diretamente à Administradora Judicial.



Endividamento

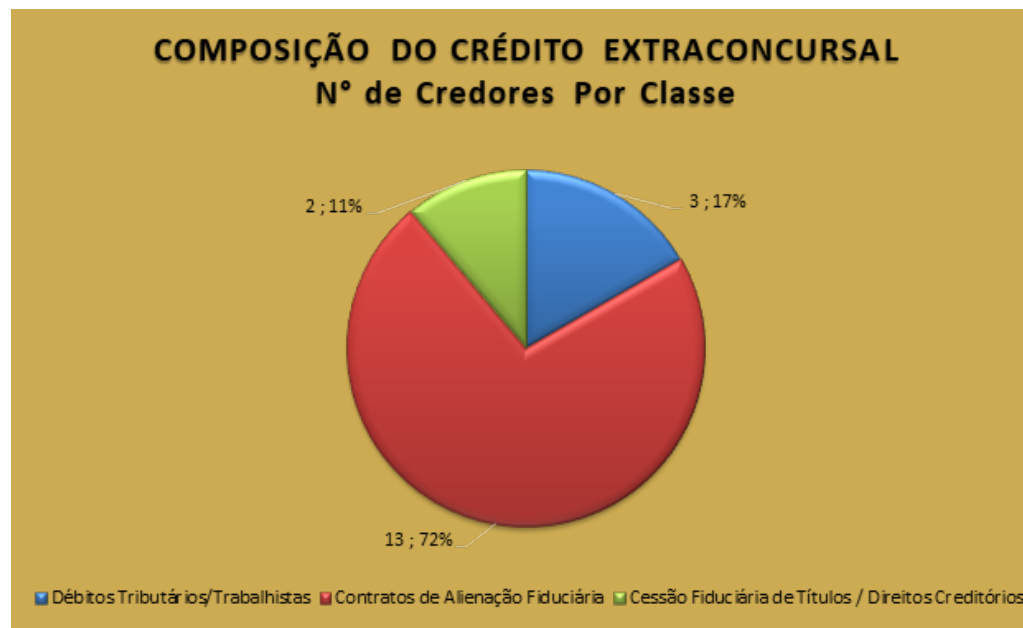
Tratando-se acerca dos créditos não sujeitos ao processo de Recuperação Judicial, impende mencionar que no mês em apreço, as Recuperandas apresentaram posição de suas dívidas tributárias no importe total de **R\$ 2.407.908,37 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos)**, assim como, apresentou dívida de **R\$ 56.748.071,74 (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setenta e um reais e setenta e quatro centavos)** relativo aos contratos com garantia por alienação fiduciária e cessão fiduciária.



Fonte: Informações apresentada pelas Recuperandas nos autos de RJ e diretamente à Administradora Judicial.

Endividamento

Tratando-se acerca dos créditos não sujeitos ao processo de Recuperação Judicial, impende mencionar que no mês em apreço, as Recuperandas apresentaram posição de suas dívidas tributárias no importe total de **R\$ 2.407.908,37** (dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos), assim como, apresentou dívida de **R\$ 56.748.071,74** (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setenta e um reais e setenta e quatro centavos) relativo aos contratos com garantia por alienação fiduciária e cessão fiduciária.



Fonte: Informações apresentada pelas Recuperandas nos autos de RJ e diretamente à Administradora Judicial.



Endividamento

Tratando-se acerca dos créditos não sujeitos ao processo de Recuperação Judicial, impende mencionar que no mês em apreço, as Recuperandas apresentaram posição de suas dívidas tributárias no importe total de **R\$ 2.407.908,37** (dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos), assim como, apresentou dívida de **R\$ 56.748.071,74** (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setenta e um reais e setenta e quatro centavos) relativo aos contratos com garantia por alienação fiduciária e cessão fiduciária.

5.2.1 DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Apresenta-se a seguir a posição dos Débitos Tributários do Grupo **TERRA FÉRTIL** existentes em **31/08/2021**:

GRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	OBRIGACOES COM O PESSOAL	660.175,34
	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	439.332,27
	OBRIGAÇÕES COM FÉRIAS E 13º SALÁRIO	153.992,46
Total Obrigações Trabalhistas		1.253.500,07
GRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ATUAL
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.154.389,70
	TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	18,60
Total Obrigações Tributárias		1.154.408,30
Total Geral Débitos em 31/08/2021		2.407.908,37

Fonte: Posição elaborada pelo TERRA FÉRTIL em 31/08/2021 - Balancete Contábil



Endividamento

Tratando-se acerca dos créditos não sujeitos ao processo de Recuperação Judicial, impende mencionar que no mês em apreço, as Recuperandas apresentaram posição de suas dívidas tributárias no importe total de **R\$ 2.407.908,37 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos)**, assim como, apresentou dívida de **R\$ 56.748.071,74 (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setenta e um reais e setenta e quatro centavos)** relativo aos contratos com garantia por alienação fiduciária e cessão fiduciária.

5.2.2 CONTRATOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Cumpre-se mencionar que conforme informado pelas Recuperandas, não houve no mês em apreço alteração quanto aos valores ou contratos descritos no Relatório de contratos Extraconcursais, anexo à Constatação Prévia, juntado ao mov. 28.5 dos autos de Recuperação Judicial nº 0002133-86.2020.8.16.0068, permanecendo o importe de R\$ 53.916.596,44 (cinquenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos).

5.2.3 CONTRATOS GARANTIDOS POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DE TÍTULOS/DIREITOS CREDITÓRIOS

Cumpre-se mencionar que conforme informado pelas Recuperandas, não houve no mês em apreço alteração quanto aos valores ou contratos descritos no Relatório de contratos Extraconcursais, anexo à Constatação Prévia, juntado ao mov. 28.5 dos autos de Recuperação Judicial nº 0002133-86.2020.8.16.0068, permanecendo o importe de R\$ 2.831.475,30 (dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos).



6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO
6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDLC 2U2C9 5CM8H QLMUB

Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram em seu Plano de Recuperação Judicial ao mov. 195, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I da Lei 11.101/2005. Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial.

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 5 do PRJ, os meios de recuperação que poderão adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue uma síntese dos referidos meios:

- a) Item 5.1: Multiplicidade de medidas;
- b) Item 5.2: Dilação de prazo das obrigações devidas;
- c) Item 5.3: Incorporação ou fusão da Recuperanda;
- d) Item 5.4: Novos empréstimos para fins de recebimento privilegiado.

6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 195 dos autos, apresenta-se na sequencia uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe		Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Crédito Salarial ou Verbas de 13º	90 dias a partir da homologação do Plano	-	-	-
	Valores Salariais Incontroversos	90 dias	12 parcelas mensais e proporcionais a cada credor a partir do período de carência	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-
	Valores Controversos	12 meses contados da sentença que homologar o crédito na Recuperação Judicial	36 parcelas mensais e proporcionais a cada credor a partir do período de carência	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-
	Honorários de Sucumbência	-	12 parcelas mensais e sucessivas, a contar do trânsito em julgado da decisão que habilitar o respectivo valor, até o limite de 150 salários mínimo	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-



**Plano de
Recuperação Judicial**

As Recuperandas apresentaram em seu Plano de Recuperação Judicial ao mov. 195, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I da Lei 11.101/2005. Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-
Classe III Créditos Quirografários	Quirografários Gerais	24 meses	18 parcelas anuais, sucessivas e proporcionais a cada credor a partir do período de carência	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	Deságio de 80% do valor de face do crédito
Classe IV Créditos ME / EPP	-	-	-	-	-

Fonte: Plano de Recuperação Judicial de Grupo Terra Fértil (mov. 195).



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram em seu Plano de Recuperação Judicial ao mov. 195, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I da Lei 11.101/2005. Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial, apresenta-se na sequencia uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Crédito Salarial até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, vencidos nos 3 meses anteriores à data do pedido de RJ	30 dias a partir da homologação do PRJ	-	-	-
	Valores Salariais Incontroversos que não se enquadram na subclasse acima e verbas derivadas de reflexos	90 dias a partir da homologação do PRJ	9 parcelas mensais	-	-
	Valores Controversos	90 dias contados da sentença que homologar o crédito na R e c u p e r a ç ã o Judicial	9 parcelas mensais e proporcionais a cada credor	-	-
	Honorários de Sucumbência	-	12 parcelas mensais e sucessivas, a contar do trânsito em julgado da decisão que habilitar o respectivo valor, até o limite de 150 salários mínimos	-	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	12 meses	4 parcelas semestrais e sucessivas	5,41% ao ano	-



Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram em seu Plano de Recuperação Judicial ao mov. 195, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I da Lei 11.101/2005. Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Classe III Créditos Quirografários	Créditos até R\$40.000,00	12 meses	12 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial	-
	Créditos até R\$80.000,00	24 meses	24 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial	-
	Créditos até R\$180.000,00	24 meses	36 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial	-
	Categoria geral – residual	24 meses	18 parcelas anuais e sucessivas e proporcionais a cada credor	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial e 1% de juros ao ano	80%
Classe IV Créditos ME / EPP	Créditos até R\$40.000,00	12 meses	12 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial	-
	Créditos até R\$80.000,00	24 meses	24 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial	-
	Categoria geral – residual	24 meses	18 parcelas anuais e sucessivas e proporcionais a cada credor	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial e 1% de juros ao ano	70%
Credores Extraconcursais aderentes	-	24 meses	12 parcelas anuais e sucessivas e proporcionais a cada credor	Correção monetária pela variação TR – Taxa Referencial e 1% de juros ao ano	60%

Fonte: Plano de Recuperação Judicial de Grupo Terra Fértil (mov. 744).

Não obstante, ao mov. 1027 as Recuperandas apresentaram alteração ao Plano de Recuperação Judicial, em relação ao percentual de juros relativo ao pagamento da Classe II, bem como exclusão da cláusula 9.3, que previa a extensão dos efeitos do Plano aos coobrigados. Apresenta-se na sequência uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram em seu Plano de Recuperação Judicial ao mov. 195, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I da Lei 11.101/2005. Outrossim, ao mov. 744 as Recuperandas apresentaram substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Classe	Subclasse	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Crédito Salarial até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, vencidos nos 3 meses anteriores à data do pedido de RJ	30 dias a partir da homologação do PRJ	-	-	-
	Valores Salariais Incontroversos que não se enquadram na subclasse acima e verbas derivadas de reflexos	90 dias a partir da homologação do PRJ	9 parcelas mensais	-	-
	Valores Controversos	90 dias contados da sentença que homologar o crédito na Recuperação Judicial	9 parcelas mensais e proporcionais a cada credor	-	-
	Honorários de Sucumbência	-	12 parcelas mensais e sucessivas, a contar do trânsito em julgado da decisão que habilitar o respectivo valor, até o limite de 150 salários mínimos	-	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	12 meses	4 parcelas semestrais e sucessivas	5,50% ao ano	-



7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 7.1 DADOS PROCESSUAIS
- 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL
- 7.3 INCIDENTES PROCESSUAIS
- 7.4 RECURSOS
- 7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDLC 2U2C9 5CM8H QLMUB

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

7.1 DADOS PROCESSUAIS

Nos termos da Recomendação nº 72 do CNJ, apresenta-se na sequência um apontamento sobre a duração dos prazos processuais, considerando-se em dias corridos para todas as respostas:

Item da Recomendação 72	Descrição do Item	Resposta	Referência
Item 2.3.1	A devedora é: () empresa de pequeno porte EPP; () microempresa (ME); () empresa média; () empresa grande; (X) grupos de empresas; () empresário individual	As devedoras constituem um grupo empresarial.	Mov. 1
Item 2.3.2	Houve litisconsórcio ativo: (X) sim () não (Em caso positivo, 02 (indicar número) litisconsortes ativos e o Plano de recuperação foi () unitário () individualizado	Sim, houve litisconsórcio ativo, sendo 3 empresas constantes no polo ativo, Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas Eireli, Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola Ltda e Marcos Paulo Viecilli – EPP, o PRJ ainda não foi apresentado.	Mov. 1.1
Item 2.3.3	Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo: tributário () sim (X) não / demais créditos excluídos da RJ: (X) sim () não	Foi juntada relação de credores concursais e não concursais, com exceção dos débitos tributários. Contudo, por ocasião da realização da Constatação Prévia e deste RMA, as recuperandas apresentaram a relação de débitos tributários para a análise complementar.	Movs. 1.71, 1.72 e 1.73
Item 2.3.4	Houve realização de constatação prévia: (X) sim (X) não	A constatação prévia foi devidamente juntada em 22/10/2020.	Mov. 28
Item 2.3.5	O processamento foi deferido (X) sim () não (Em caso positivo, em quanto tempo? 19 dias desde a distribuição da inicial. Houve emenda da inicial? (X) sim () não (Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar: () indeferimento para todos os litisconsortes; () indeferimento para ____ (indicar número) litisconsortes, indicar fundamento legal para indeferimento)	A petição inicial foi distribuída em 07/10/2020 e o processamento foi deferido no dia 26/10/2020, ou seja, 19 dias depois. Houve emenda a inicial.	Movs. 1.1, 22 e 32

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Item 2.3.6.1	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: ____ (indicar número)	A relação de credores prevista no art. 7, §2º da LFRJ foi juntada pela AJ em 13/01/2021, 98 dias após a decisão de deferimento do processamento da RJ.	Mov. 200
Item 2.3.6.2	Qual o tempo decorrido entre: a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: ____ (indicar número)	A relação de credores prevista no art. 7, §2º da LFRJ foi juntada pela AJ em 13/01/2021, 79 dias após a decisão de deferimento do processamento da RJ.	Mov. 200
Item 2.3.6.3	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: ____ (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.4	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: ____ (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.5	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores: ____ (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.6	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano) ; ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.7	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a convolação em falência: em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; ____ dias (indicar número) e em caso de recuperação judicial concedida; ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.8	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Item 2.3.6.9	Qual o tempo decorrido entre: a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; _____ (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.10	O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência); ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.7	Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58 §1º da Lei 11.101/05 (cram down): () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.8	Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: () sim (x) não. Em caso positivo, o plano foi: () mantido integralmente () mantido em parte () anulado	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.9	Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): () sim (X) não	Não houve pedido de plano especial, isto é, as Recuperandas optaram pelo rito comum	Mov. 1.1
Item 2.3.10	Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, o leilão foi realizado: () antes () depois () antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.2	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: () autorizada () rejeitada	Evento não ocorrido.	-

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Item 2.3.11	Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: () sim () não (Em caso positivo, a alienação foi realizada: () antes () depois () antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.12	Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: () sim () não (Em caso positivo, houve a outorga de garantia real () sim () não) e (Em caso de outorga, a garantia constituída foi () alienação fiduciária () cessão fiduciária () hipoteca () penhor () outro direito real de garantia)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13	Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o pedido foi formulado: ____ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial e (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial	Evento não ocorrido.	-
Itens 2.3.13.2 e 2.3.13.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o plano modificativo foi: () aprovado () rejeitado e em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ____ (indicar número) dias	Evento não ocorrido.	-



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Item 2.3.14	Indique a razão da convalidação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.15	Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: (X) sim () não (Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração)	36 (trinta e seis) parcelas de R\$22.981,81 (vinte e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).	Movs. 47 e 48
Item 2.3.15.2	Indicar o valor total da remuneração fixada ao Administrador Judicial: R\$ 827.345,23	R\$ 827.345,23 (oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos), determinado pelo percentual de 2,0% (dois por cento) do valor devido aos credores submetidos à Recuperação Judicial, conforme previsto na lei 11.101/2005.	Mov. 32.1



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL

As empresas ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial no dia 07/10/2020, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
09/08/2021	Manifestação das Recuperandas, oportunidade em que realizaram uma síntese dos pedidos do Banco Volvo, bem como alegaram que os referidos pedidos são intempestivos, não havendo motivo para discussão sobre a essencialidade dos bens e sua apreensão, visto que o stay period está vigente. Não obstante, informaram que a documentação contábil será disponibilizada dentro do prazo estipulado.	975
11/08/2021	Manifestação das Recuperandas, na qual pleitearam a juntada do Plano de Recuperação Judicial consolidado, sendo que este possui alterações quanto ao percentual de juros relativo ao pagamento da Classe II, bem como exclusão da cláusula 9.3, que previa a extensão dos efeitos do Plano aos coobrigados.	1027
12/08/2021	Petição apresentada por esta Administradora Judicial, ocasião em que informou que a perícia da documentação contábil fornecida pela Recuperanda será realizada na data de 17/08/2021 na filial da AJ localizada em Curitiba/PR.	1028
26/08/2021	Petição promovida por esta Administradora Judicial, na qual requereu a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial acostado pelas Recuperandas ao mov. 1027.2.	1082
30/08/2021	Petição apresentado pelo Banco Volksvagem S/A, na qual questiona a essencialidade dos bens que alienou fiduciariamente para as Recuperandas, bem como salientou que os referidos bens estão sob posse de terceiros, e não das Recuperandas. Dessa forma, requereu que as Recuperandas comprovem a essencialidade dos bens, descriminando para quais fins estão sendo utilizados de forma específica.	1086
31/08/2021	Decisão proferida, oportunidade em que o Magistrado determinou a autuação dos pedidos de habilitação de crédito de movs. 1080 e 1089 como impugnação de crédito em autos apartados. Ademais, quanto aos pedidos para reconhecer a não essencialidade dos bens formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen, o magistrado determinou a revogação da essencialidade dos bens, de forma em que não se opôs à busca e apreensão pleiteada pelos autores dos pedidos.	1090



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

7.3 INCIDENTES PROCESSUAIS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam neste Juízo, envolvendo as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Autos de ação declaratória nº 0002639-62.2020.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X Camila Petry Bottini, Cristiano Alexandre Rafaeli, Maicon Leandro Rafaeli, Osmar Rafaeli e Wilson Bottini	Trata-se de ação declaratória proposta pelas Recuperandas em 13/12/2020, requerendo tutela de urgência antecipada, sem intimação da parte contrária, para os fins de declarar válido o contrato realizado para que a atividade rural continue sendo explorada pelo Grupo Terra Fértil, bem como para que seja concedida medida cautelar determinando-se aos vendedores que se abstenham de realizar qualquer ato construtivo. Ademais, requereram que seja declarado que o contrato firmado entre as partes é eficaz, sendo que eventual modificação possa ser realizada tão somente frente ao juízo desta recuperação judicial, por força do art. 8º da Lei 11.101/2005, bem como que seja o valor devido ajustado para tão somente 199.377 sacas de soja, conforme comprovantes em anexo. Na data de 16/02/2020 foi julgada procedente a liminar deferindo os pedidos realizados pelas Recuperandas, ora Autoras. Outrossim, em 08/02/2021 ao mov. 30 os Réus apresentaram contestação refutando todos os argumentos das Autoras, e trazendo alegações de fraude. Após esta Administradora Judicial foi intimada para se manifestar. Os réus informaram, por meio de petitório contido no mov. 33, que foi interposto o recurso de Agravo de Instrumento sob o nº 0006482-11.2021.8.16.0000, em face da decisão proferida no EP. nº 14. Após isso, o magistrado apresentou decisão contida ao mov. 38, indeferindo o recurso e intimou a parte autora para apresentar impugnação. A parte autora juntou petitório de impugnação à contestação ao mov. 52, requerendo a total procedência do pedido disposto na inicial e também a condenação dos requeridos ao pagamento de multa por litigância de má-fé no montante de 10% sobre o valor da causa. Com isso, o Magistrado intimou os réus para que se manifestem e o Administrador Judicial à tomar ciência dos autos e, querendo, se manifestar dentro do prazo de cinco dias. Na sequência, o credor Osmar Rafaeli reiterou todos os pedidos da contestação, impugnando-se os documentos juntados nos EP 52.2 e 52.3, conforme petição acostada ao mov. 57. Em data de 26/04/2021, houve manifestação da AJ no mov. 61.1, apresentando seu entendimento sobre o presente conflito, posicionando-se pelo óbice da rescisão unilateral do Instrumento Particular de Compra e Venda de Benfeitorias e Cessão de Direitos Possessórios e Ocupação Sobre Imóveis Rurais pelos Requeridos e, consequentemente, pela impossibilidade de realização de atos constitutivos contra o patrimônio dos Requerentes. Em 04/05/2021, ao mov. 64, foi publicada a sentença, onde o juiz julgou parcialmente procedente a ação , confirmando a tutela de urgência e tornando sem efeito a rescisão de contrato efetuada unilateralmente pelos réus, bem como manteve o autor na posse da fazenda em decorrência da essencialidade da mesma para a Recuperação da empresa. Destarte, com relação à sucumbência, condenou os réus ao pagamento das custas e honorários fixados em 10% sobre o valor da causa atualizado pelo INPC. Em data de 21/05/2021, ao mov. 75, os réus opuseram Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes contra a sentença acostada ao mov. 64, onde alegaram, em suma, a omissão da referida sentença perante a falta de comprovação do exercício da atividade rural das Recuperandas em terras específicas, requerendo, por fim, seja declarada totalmente improcedente a ação. Ato contínuo, os autores apresentaram resposta aos Embargos de Declaração, oportunidade em que argumentaram pelo total indeferimento do recurso supramencionado. Em 17/06/2021, ao mov. 82 fora proferida decisão na qual o juiz indeferiu os Embargos de Declaração, alegando, em suma, que os réus almejam rediscutir o mérito da sentença, e não possibilitar a correção de eventual omissão. Ato contínuo, os Réus interpuseram apelação diante do não acolhimento dos Embargos de Declaração, afirmando que reformada a sentença proferida pelo juiz a quo no sentido de reconhecer o direito dos apelantes. Em 09/08/2021, as Recuperandas apresentaram contrarrazões ao recurso de apelação, oportunidade em que argumentaram pelo não conhecimento do recurso interposto.



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Impugnação de crédito nº 0000154-55.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecelli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X Banco da Amazônia S/A	Trata-se de impugnação ajuizada na data de 29/01/2021, pelas Recuperandas, com o objetivo de reclassificar o Credor Banco da Amazônia S/A para a classe III – créditos quirografários. Intimado o Credor apresentou resposta a impugnação ao mov. 26 requerendo a improcedência da presente impugnação, sob o fundamento de que como contrato firmado entre as partes possui garantia real, deve permanecer na classe II, conforme previsto na relação de mov. 200. Na sequência esta Administradora Judicial foi intimada para apresentar parecer. O parecer foi apresentado pela Administradora Judicial ao mov. 38. Intimada, a Administradora Judicial apresentou parecer acostado ao mov. 49. Também intimado, o impugnado manifestou-se alegando os ensejos para que a presente impugnação seja julgada improcedente, objetivando seja mantida sua classificação na classe II. Em data de 03/05/2021, o juiz proferiu sentença acostada ao mov. 52, na qual julgou improcedente a presente impugnação de crédito , argumentando que ainda existe a garantia real no contrato firmado entre as partes, pois, mesmo que a safra 2020/2020 tenha sido frustrada, dispõe o art. 1443 do CC que no caso de penhor agrícola, ocorrerá a substituição da garantia pela safra futura no caso de frustração da que consta do contrato. Desta forma, manteve o crédito dos réus na classe II-Garantia Real. Ao mov. 57, em 07/05/2021, os autores interpuseram agravo de instrumento contra a sentença de mov.52, onde alegaram que o penhor só pode ser convencionado pelo prazo previsto das obrigações garantidas, e eventualmente, caso vencido o prazo, a garantia só permanecerá enquanto subsistirem os bens que a constituem. Posto isto, pleitearam a reclassificação do crédito para a classe III. Em 28/07/2021, os autos foram sobrestados pelo prazo de 90 dias.
Impugnação de crédito nº 0000170-09.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli X Banco Safra	Trata-se de impugnação ajuizada na data de 29/01/2021, pela Recuperanda, objetivando realocar o credor Banco Safra para a classe III – créditos quirografários. O credor manifestou-se apresentando contestação à impugnação, alegando inépcia da inicial por ausência de pedido certo e que o crédito garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial. Posteriormente, esta Administradora Judicial manifestou-se pela manutenção da exclusão do crédito da Recuperação Judicial. Após, o magistrado julgou improcedente a impugnação , mantendo a exclusão do Credor dos efeitos da Recuperação Judicial. Em 12/07/2021, fora dada baixa definitiva e os autos foram arquivados definitivamente.
Impugnação de crédito nº 0000198-74.2021.8.16.0068	Banco Santander S/A X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli	Trata-se de impugnação ajuizada em 01/02/2021, pelo credor Banco Santander S/A, com o intuito de realizar a exclusão dos créditos garantidos por alienação fiduciária referente à Cédula de Crédito Bancário nº1494000007280860168. A inicial foi deferida pelo Magistrado, conforme mov. 16. A Recuperanda manifestou-se no mov. 19, dispondo que não se opõe ao que foi pleiteado pelo Banco Santander S/A. Na sequência, esta Administradora Judicial apresentou parecer contido no mov. 23, dissertando que tais créditos devem ser excluídos da Recuperação Judicial. Em data de 14/04/2021, ao mov. 26, o Ministério Público apresentou parecer posicionando-se favorável a procedência desta impugnação de crédito. Após, houve sentença acostada ao mov. 29 julgando procedente a ação e, dessa forma, excluindo o valor de R\$ 441.716,10 da cédula bancária 1494000007280860168 desta recuperação judicial e consolidando o valor total devido ao Banco Santander na classe III. Na sequência, houve manifestação da AJ, informando que promoveu as devidas retificações consoante ao disposto na sentença. Em 12/07/2021 fora dada baixa definitiva e os autos foram arquivados definitivamente.



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Impugnação de crédito nº 0000189-15.2021.8.16.0068	Camila Petry Bottini, Cristiano Alexandre Rafaeli, Maicon Leandro Rafaeli, Osmar Rafaeli e Wilson Bottini X Marcos Paulo Viecelli	Trata-se de uma impugnação ajuizada em 01/02/2021, pelos credores Camila Petry Bottini, Cristiano Alexandre Rafaeli, Maicon Leandro Rafaeli, Osmar Rafaeli e Wilson Bottini, objetivando excluir seus créditos da Recuperação Judicial em razão do não cumprimento dos requisitos legais e por sua não sujeição. Intimado, o impugnado apresentou contestação à impugnação, contida no mov.24, alegando que o crédito é totalmente concursal, uma vez que foi constituído anteriormente ao pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 49, caput. Ademais, o Administrador Judicial foi intimado para apresentar parecer. Conforme fora intimado, o Administrador Judicial apresentou parecer acostado ao mov. 27, no qual entende que os créditos desta impugnação caracterizam-se como concursais, devendo serem mantidos no presente feito de recuperação judicial. Em 18/05/2021, o Ministério Público apresentou parecer acostado ao mov. 31.1, no qual posicionou-se pela improcedência da presente impugnação de crédito. Após, em 21/05/2021 foi acostada ao mov. 34.1 a sentença que julgou improcedente esta impugnação de crédito , na qual o juiz argumentou que os atos foram praticados anteriormente à vigência da nova lei que trata recuperação judicial, não sendo aplicável o art. 49, §9º da Lei 11.101. Ademais, condenou os impugnantes ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, fixados em R\$ 3.000,00. Em 25/06/2021, os autores interpuseram Apelação acostada ao mov. 42, oportunidade em que requereram o provimento e conhecimento do recurso afim de que seja reformada a sentença de mov. 34.1 para que seja declarada a não sujeição dos créditos dos apelantes à recuperação judicial. Após, em 28/06/2021, o réu interpôs Agravo de Instrumento acostado ao mov. 46 em face da sentença de mov. 34.1, afim de determinar a alteração no valor atribuído à causa, bem como fixar os honorários de acordo com a regra objetiva do art. 85, §2º do CPC/2015. Em 02/07/2021 (mov. 48), o magistrado informou não vislumbrar motivo para promover alterações na decisão ora agravada. Ato contínuo, o réu apresentou contrarrazões (mov. 56) ao recurso apresentado, prezando pela não alteração na decisão agravada pelos autores.
Impugnação de crédito nº 0000169-24.2021.8.16.0068	Cleiton Luiz Tabolka e Leandro Franzosi Representações Comerciais Ltda X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas-Eireli	Trata-se de uma impugnação ajuizada em 29/01/2021, pelos credores Cleiton Luiz Tabolka e Leandro Franzosi Representações Comerciais Ltda, tendo como objetivo a reclassificação de seus créditos, transferindo-os da classe I (trabalhista) para a classe IV (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). O impugnado, intimado a se manifestar, apresentou contestação (mov.17), concordando com o que foi pleiteado pelo impugnante. O Administrador Judicial foi intimado a apresentar parecer sobre a situação, juntando-o ao processo no mov. 22, não se opondo ao pedido do impugnante. Em 03/03/2021, foi julgada procedente a impugnação de crédito proposta pelos Impugnantes, conforme mov. 24 . Na sequência, o Administrador Judicial se manifestou no mov.34 informando que promoveu a reclassificação dos impugnantes na relação de credores. Em 13/05/2021, o juiz proferiu decisão renovando a intimação dos impugnantes para pagamento voluntário das custas em 5 dias, sendo que não havendo pagamento, autorizou a realização de penhora pelo Sisbajud, mantendo-se a restrição por 30 dias até que se obtenha o valor total devido. Em 17/06/2021 foi dada baixa definitiva e os autos foram arquivados definitivamente.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Procedimento comum nº 0000489-74.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X Banco Santander Brasil S/A	Em 18/03/2021 as Recuperandas propuseram a presente ação ordinária com o intuito de requerer o reconhecimento da essencialidade de determinados bens móveis, alienados fiduciariamente junto ao Banco Santander S/A. Justificaram que os veículos em análise são fundamentais para manutenção de frota, transporte de peças e outros insumos, além de serem utilizados para locomoção dos funcionários até os locais de prestação de serviço, que, se realizados com atraso, prejudicará a recuperação judicial e o cumprimento do plano proposto. Ademais, requereram tutela de urgência cautelar para que fossem obstadas as tentativas de expropriações dos bens, diante do risco eminente, tendo em vista que estão sofrendo ameaças de busca e apreensão dos mesmos. Ao mov. 15.1 foi proferida decisão, ocasião em que o MM. Magistrado indeferiu o pedido de tutela de urgência , tendo em vista que não reconheceu neste momento a essencialidade dos referidos bens. Ao mov. 19 o Requerido juntou contestação, rechaçando todos os argumentos apresentados pelas Recuperandas, e requerendo o reconhecimento de não essencialidade dos bens. Intimada, a Administradora Judicial apresentou parecer, onde, com exceção do veículo Onix, marca Chevrolet, ano 2019, chassi 9BGKS48VOKG477355, placa BDN-2J53, entende pela representatividade dos demais bens em apreço nas atividades geradoras de faturamento das Recuperandas. Na sequência, os autores e a ré foram intimados para manifestar-se. Ao mov. 30 o réu apresentou petição em 04/05/2021, na qual reiterou a não essencialidade do veículo Onix, bem como argumentou pelo não reconhecimento da essencialidade dos veículos Montanas, alegando que a Recuperanda possui dez veículos iguais destinados para a mesma finalidade, além de também argumentar pelo não reconhecimento da essencialidade do veículo S10, pleiteando o indeferimento dos pedidos formulados. Na sequência, em 13/05/2021, houve petição dos autores acostada ao mov. 32, onde argumentaram que os bens supramencionados se tratam de bens de capital, inseridos no ativo imobilizado, cuja essencialidade é majoritariamente presumida. Em 19/05/2021, o juiz proferiu sentença acostada ao mov. 35, onde julgou a presente demanda parcialmente procedente, reconhecendo a essencialidade apenas do veículo GM S10 placa NUK-2H66, garantindo, assim, a posse dos autores sobre referido bem até análise do plano de recuperação judicial. O processo foi sobrestado pelo prazo de 120 dias corridos contados a partir de 18/08/2021.
---	---	---



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Procedimento comum nº 0000492-29.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X Itaú Unibanco S/A	Em 18/03/2021 as Recuperandas propuseram a presente ação ordinária com o intuito de requerer o reconhecimento da essencialidade do bem MONTANA CHEVROLET 2018, chassi 9BGCA8030JB108189, placa BBI-6839., alienado fiduciariamente junto ao Banco Itaú S/A. Justificou que o veículo em análise é fundamental para manutenção de frotas, transporte de peças e outros insumos, além de ser utilizado para locomoção dos funcionários até os locais de prestação de serviço, que, se realizados com atraso, prejudicará a recuperação judicial e o cumprimento do plano proposto. Ademais, requereram tutela de urgência cautelar para que fossem obstadas as tentativas de expropriações do bem, diante do risco eminente, tendo em vista que estão sofrendo ameaças de busca e apreensão do mesmo. Ao mov. 15.1 foi proferida decisão, ocasião em que o MM. Magistrado indeferiu o pedido de tutela de urgência , tendo em vista que não reconheceu neste momento a essencialidade do referido bem. Ao mov. 19 o Requerido juntou contestação, rechaçando todos os argumentos apresentados pelas Recuperandas, e requerendo o reconhecimento de não essencialidade do bem. Após, a Administradora Judicial apresentou parecer acostado ao mov. 24, no qual alegou a representatividade e essencialidade do bem móvel em apreço, qual seja o veículo Montana marca Chevrolet, ano 2018, chassi 9BGCA8030JB108189, placa BBI-6839, para o desenvolvimento das atividades das Recuperandas. Na sequência, foi publicada sentença ao mov. 26, julgando improcedente a ação em decorrência da falta de fundamentação pela essencialidade dos bens. Ao mov. 34, em 07/05/2021, os autores interpuseram recurso de apelação contra a sentença de mov. 26, argumentando pelo reconhecimento da essencialidade dos bens. Em data de 01/06/2021, fora acostada ao mov. 40 contrarrazões ao recurso de apelação, onde o réu argumentou pelo não deferimento do referido recurso, bem como a sentença seja mantida em seus mesmos termos.
Procedimento comum nº 0000490-59.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X Administradora de Consórcios Unicoob LTDA	Em 18/03/2021 as Recuperandas propuseram a presente ação ordinária com o intuito de requerer o reconhecimento da essencialidade da S10 LT – Chevrolet 2020, chassi 9BG148FKOLC435705, placa BDZ: 4F54, alienado fiduciariamente junto a Administradora de Consórcios Unicoob LTDA. Justificou que o veículo em análise é fundamental para manutenção das atividades da empresa, e é utilizado na propriedade rural para transporte de máquinas, equipamentos e funcionários. Ademais, requereram tutela de urgência cautelar para que fossem obstadas as tentativas de expropriações do bem, diante do risco eminente, tendo em vista que estão sofrendo ameaças de busca e apreensão do mesmo. Ao mov. 16.1 foi proferida decisão, ocasião em que o MM. Magistrado indeferiu o pedido de tutela de urgência , tendo em vista que não reconheceu neste momento a essencialidade do referido bem. Em 26/05/2021, a ré apresentou petição de contestação ao mov.32, na qual argumentou que o crédito que a Requerida possui junto as Recuperandas está representado por contrato com garantia na modalidade de alienação fiduciária e, sendo assim, não está sujeito à Recuperação Judicial. Ao mov. 37 as partes manifestaram-se requerendo conjuntamente a desistência do feito. Ato contínuo, fora proferida sentença acostada ao mov. 40, a qual homologou o pedido de desistência e extinguiu o presente feito. Em 29/07/2021 fora dada baixa definitiva . Os autos foram arquivados definitivamente em 30/08/2021.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Procedimento comum nº 0000488-89.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X AIZT Transportadora e Locadora De Veículos Ltda e Alberto Ivan Zakidalski	Em 18/03/2021 as Recuperandas propuseram a presente ação ordinária com o intuito de requerer o reconhecimento da essencialidade do bem SEMI REBOQUE PRANCHA CARREGA TUDO 2020 chassi 9A9C7315KLSDU8006 placa AIZ-8F66, com contrato de compra e venda com reserva de domínio. Justificou que o veículo em análise é fundamental para manutenção das atividades da empresa e é utilizado diretamente na atividade agrícola e serviço de transporte de carga a terceiros prestado pelas Recuperandas. Ademais, requereram tutela de urgência cautelar para que fossem obstadas as tentativas de expropriações do bem, diante do risco eminente, tendo em vista que estão sofrendo ameaças de busca e apreensão do mesmo. Ao mov. 15.1 foi proferida decisão, ocasião em que o MM. Magistrado indeferiu o pedido de tutela de urgência , tendo em vista que não reconheceu neste momento a essencialidade do referido bem. Em data de 22/04/2021, os réus manifestaram-se rechaçando os argumentos das autoras, requerendo o integral indeferimento da presente ação incidental, além de pleitear que fossem condenadas a pagar uma multa por litigância de má-fé, nos termos dos artigos 80 e 81 do CPC, conforme petitório acostado ao mov. 31. Intimada, esta Administradora Judicial manifestou-se ao mov. 35, onde posicionou-se pelo reconhecimento da essencialidade do bem móvel em apreço no desenvolvimento das atividades geradoras de faturamento das Recuperandas. Por outro lado, a Administradora Judicial também enfatizou em sua manifestação que tal questão já foi devidamente apreciada pelo Douto Magistrado nos autos de Recuperação Judicial, bem como não houve oposição naquela ocasião pelas Recuperandas, se mostra incabível a reanálise da essencialidade, por se tratar de coisa julgada. Ato contínuo, foi acostada ao mov. 37 sentença que julgou a presente demanda improcedente , na qual o juiz argumentou a evidente não essencialidade do bem para a recuperação de empresa, bem como que a questão já foi objeto de análise nos autos de recuperação e não houve recurso pelos autores. Em 07/06/2021, os autores interpuseram apelação (mov. 50) perante a sentença de mov. 37, a fim de que a referida sentença seja reformada, permitindo a manutenção do bem na posse das Apelantes, bem como seja concedida a antecipação de tutela. Em 09/07/2021, os réus apresentaram contrarrazões à apelação interposta pelos autores, ocasião em que requereram o indeferimento do recurso de apelação, afim que seja mantida a sentença nos termos proferidos pelo juiz. Na sequência, os autos foram remetidos para instância superior.
Procedimento comum nº 0000491-44.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento	Em 18/03/2021 as Recuperandas propuseram a presente ação ordinária com o intuito de requerer o reconhecimento da essencialidade de bens móveis alienados fiduciariamente junto BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento. Justificou que os veículos em análise são fundamentais para manutenção de frotas, transporte de peças e outros insumos, além de ser utilizado para locomoção dos funcionários até os locais de prestação de serviço, que, se realizados com atraso, prejudicará a recuperação judicial e o cumprimento do plano proposto. Ademais, requereram tutela de urgência cautelar para que fossem obstadas as tentativas de expropriações dos bens, diante do risco eminente, tendo em vista que estão sofrendo ameaças de busca e apreensão dos mesmos. Ao mov. 15.1 foi proferida decisão, ocasião em que o MM. Magistrado indeferiu o pedido de tutela de urgência , tendo em vista que não reconheceu neste momento a essencialidade dos referidos bens. Intimada, esta Administradora Judicial apresentou parecer a respeito do presente feito, compreendendo que na hipótese de o Credor almeje que seu crédito seja reconhecido como extraconcursal, para fins de promover expropriação de bens das Recuperandas alienados fiduciariamente, o mesmo deve promover uma impugnação de crédito retardatária, nos moldes da Lei 11.101/2005, buscando sua exclusão dos efeitos recuperacionais. Destarte, também frisou a necessidade de respeitar o princípio da paridade dos credores, devendo cessar quaisquer medidas expropriatórias em desfavor das Recuperandas. Em 28/06/2021, ao mov. 35, fora proferida sentença que extinguiu o presente feito sem análise do mérito, haja vista a falta de interesse processual do autor. Em 14/07/2021, fora dada baixa definitiva e os autos foram arquivados.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Procedimento comum nº 0000747-84.2021.8.16.0068	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli X Metaesp Implementos LTDA	A Recuperanda Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas interpôs a presente demanda informando que o Requerido Metaesp Implementos LTDA era responsável pela entrega de bens móveis financiados junto ao Banco Volkswagen, todavia, deixou de realizar a entrega ante a negativa de financiamento. Alega a Recuperanda que mesmo notificado o Requerido ainda se nega a entregar os bens. Ademais alega que a Requerida ainda se negou a prestar serviços relacionados à garantia dos veículos adquiridos, incluindo os financiados pelo Banco Paccar, obrigando a Requerente a realizar os serviços por custo próprio. Dessa forma, recorreram a tutela jurisdicional a fim de obter a posse dos bens contratados, bem como a realização dos serviços realizados a garantia, mediante ordem judicial. Ao mov. 16.1 o Douto Magistrado julgou improcedente a medida liminar e requereu a designação de audiência de conciliação na data de 26 de julho de 2021 às 15:00, modalidade: Virtual. Em 22/06/2021, os autores manifestaram-se ao mov. 33 pleiteando o adiantamento da audiência de conciliação. Na sequência, em decisão de mov. 35.1, o magistrado ponderou a inviabilidade do adiantamento da audiência, visto que o prazo para tal requerimento condiz em 30 dias, conforme art. 334 do CPC. Entretanto, citou que caso fosse alterada a data, seria no máximo para o dia 28 de julho, 2 dias após a que já está designada. Ao mov. 43, o Requerido apresentou contestação com pedido de reconvenção, na qual argumentou pelo indeferimento dos pedidos formulados pela autora, bem como pela condenação da mesma ao pagamento das quantias por ela inadimplidas, relacionadas ao Pedido de Compra nº 491 e à Nota Fiscal Eletrônica nº 14124. Em 26/08/2021, fora acostado despacho ao mov. 55, no qual fora determinado a intimação da autora para se manifestar perante a contestação com pedido de reconvenção promovido pela Requerida ao mov. 43.
Impugnação de Crédito nº 0001178-21.2021.8.16.0068	Valmir Martins De Paula X Grupo Terra Fértil	Trata-se de Impugnação de Crédito ajuizada em 23/06/2021 por Valmir Martins de Paula em desfavor do Grupo Terra Fértil no intuito de que seu crédito seja incluído ao Quadro Geral de Credores. Em 29/06/2021, o magistrado intimou os impugnados para se manifestarem e esta Administradora Judicial para apresentar parecer nos moldes do art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005. Em 02/07/2021, ao mov. 17, as Recuperandas manifestaram-se informando não se opor ao requerimento de impugnação de crédito. Ato contínuo, esta Administradora Judicial acostou petição ao mov. 20, ocasião em que expôs os fundamentos legais que englobam o caso em tela, os quais viabilizam a habilitação retardatária do credor Valmir Martins De Paula, na Classe III – Créditos Quirografários. Após, o MP manifestou-se ao mov. 23, ocasião em que posicionou-se pela procedência da inclusão do crédito, recebendo-o como habilitação de crédito retardatária. O credor Osmar Rafaeli manifestou-se ao mov. 26, ocasião em que expôs argumentações alegando a falsidade ou adulteração do documento que originou a dívida, de forma que pleiteou o não recebimento da habilitação de crédito, ante aos fatos expostos na petição. Em 13/08/2021, o magistrado proferiu decisão na qual determinou a intimação do impugnante e do impugnado para manifestarem-se quanto as alegações presentes na petição de mov. 26. Em 19/08/2021, os credores Banco Santander S/A e Itaú Unibanco S/A manifestaram-se, oportunidade em que expuseram considerações questionando a veracidade dos documentos que deram origem ao crédito, bem como requereram a não inclusão do crédito. O Impugnante manifestou-se ao mov. 33, oportunidade em que esclareceu as alegações feitas pelos credores em seu desfavor. Ato contínuo, as Recuperandas manifestaram-se ao mov. 36, ocasião em que desconstruíram as alegações feitas pelos credores, de forma que apresentou justificativas para todas as alegações. Em 30/08/2021, o impugnante apresentou manifestação ao mov. 38, na qual requereu a desistência e extinção do feito, ante ao exposto pelas Recuperandas em sua manifestação de mov. 36, o que desagradou o impugnante.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Impugnação de Crédito nº 0001360-07.2021.8.16.0068	Caixa Econômica Federal X Grupo Terra Fértil	Trata-se de Impugnação de Crédito ajuizada em 22/07/2021 pela CEF em desfavor do Grupo Terra Fértil, sendo que autora alega ser credora das Recuperandas através dos contratos nº 141932606000023909, 1932003000021584 e 536269XXXXX4629, bem como requereu que seu crédito seja habilitado no Quadro Geral de Credores. Em 25/08/2021, ao mov. 14, o magistrado proferiu decisão que determinou o cancelamento da distribuição do feito, ante a ausência de pagamento das custas iniciais.
---	--	---

7.4 RECURSOS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam em instâncias superiores, envolvendo as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Autos de Agravo de Instrumento nº 0070479-02.2020.8.16.0000	Banco Volkswagen S.A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Volkswagen S.A em face da decisão de mov. 32.1 dos autos originários, pleiteando em síntese, a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, bem como, a concessão da tutela de urgência, a fim de determinar a exclusão da Recuperação Judicial o Sr. Marcos Paulo Viecilli. Em 26/11/2020, conforme mov. 9.1, foi indeferida a medida liminar de atribuição de efeito suspensivo ao recurso em comento. Intimado para se manifestar sobre o mov. 9.1, a parte agravada apresentou contrarrazões, requerendo que não seja conhecido e seja negado provimento ao presente recurso (mov.29). Também intimado, o AJ se manifestou apresentando parecer sobre o caso em tela (mov.30). Na sequência, a Procuradoria-Geral de Justiça apresentou parecer no qual se pronunciou pelo conhecimento e pelo provimento do recurso interposto pelo Agravante. Em 16/04/2021, conforme mov. 57, foi proferido despacho, onde foram intimadas a Agravante, esta Administradora Judicial e douta Procuradoria-Geral de Justiça para se manifestarem no prazo de 5 (cinco) dias. Na sequência, a Douta Procuradora apresentou parecer posicionando-se pela legitimidade do recorrente Banco Volkswagen S.A., conforme mov. 63. Intimada, a Autora realizou petitório requerendo o afastamento o das preliminares de ilegitimidade e interesse de agir arguidas pelas Recuperandas. Após, em data de 30/04/2021, ao mov. 68, a AJ apresentou parecer conforme fora intimada, no qual compreende que o Agravante possui legitimidade e interesse recursal na interposição do presente Agravo de Instrumento. Em 13/07/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 85, ocasião em que foi negado provimento ao presente recurso. Os autos transitaram em julgado em 26/08/2021.



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento nº 0070653-11.2020.8.16.0000	Banco Randon S.A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Randon S.A em face da decisão de mov. 76.1 dos autos originários, pleiteando em síntese, a anulação parcial da decisão a quo, no que tange à suspensão dos atos constitutivos e apreensão em face das garantias fiduciárias das Cédulas de Crédito Bancário nº 538873 e 538874. Em despacho de mov. 9.1, a Excelentíssima Desembargadora negou processamento do presente recurso, por não restar comprovado o adimplemento do preparo. Desse modo, a parte Recorrente promoveu a juntada do Guia de Pagamento de Custas (mov.13), razão pela qual fora deferido o processamento do presente Agravo (mov. 15.1). Na sequência, a parte Agravada e esta Administradora Judicial foram intimadas para se manifestarem nos autos. A parte Agravada apresentou as contrarrazões pleiteando seja mantida a decisão a quo (mov.32). A Administradora Judicial manifestou-se apresentando parecer sobre o presente Agravo de Instrumento (mov.33). Após isso, a Procuradoria-Geral de Justiça posicionou-se mediante parecer no mov. 37 a favor de dar provimento ao recurso interposto. Em 25/06/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 78, oportunidade em que foi dado provimento ao presente recurso e, dessa forma, afastando a declaração de essencialidade dos bens dados em alienação fiduciária em garantia nas Cédulas de Crédito Bancário nº 538873 e 538874.
Autos de Agravo de Instrumento nº 0071387-59.2020.8.16.0000	Banco Bradesco S.A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco S.A em face da decisão de mov. 32.1 dos autos originários, pleiteando em síntese a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, bem como, pugnou a exclusão de Marcos Paulo Viecilli do polo ativo da presente Recuperação Judicial. Em 30/11/2020, ao mov. 10.1, a Douta Desembargadora Relatora do presente recurso indeferiu o pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal. Intimada, a parte Agravada apresentou contrarrazões requerendo que seja negado o provimento ao recurso proposto pela parte agravante. Na sequência, esta Administradora Judicial manifestou-se apresentando parecer sobre o presente recurso. A Procuradoria-Geral de Justiça posicionou-se no mov. 37 a favor do provimento ao recurso interposto. Em 01/06/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 73, no qual restou compreendido que o ora agravado comprovou devidamente o exercício de atividade rural por pelo menos dois anos antes do pedido de recuperação judicial e, dessa forma, foi negado provimento ao presente recurso. Os autos transitaram em julgado em data de 18/08/2021.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, em termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento nº 0071599-80.2020.8.16.0000	Banco Santander S.A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Santander S.A. em face de decisão de mov. 32.1 dos autos originários, pleiteando em síntese a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, assim como, pugnou a exclusão de Marcos Paulo Viecilli do polo ativo da presente Recuperação Judicial. Ademais, requereu a reforma da decisão recorrida, no tocante às omissões das ressalvas dos artigos 6º, §§1º, 2º e 7º, art. 49, §§1º, 3º e 4º, previstas no art. 52, III da Lei 11.101/2005. Em 30/11/2020, ao mov. 10.1, a Douta Desembargadora Relatora do presente recurso indeferiu o pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal. A parte Agravada apresentou petição de contrarrazões após ser intimada. Também intimada, esta Administradora Judicial manifestou-se apresentando um parecer a respeito do presente recurso. Na sequência, a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se apresentando um parecer onde posicionou-se pelo provimento do recurso interposto pelo Agravante. Em data de 01/06/2021, acostou-se Acórdão ao mov. 70, oportunidade no qual houve o entendimento de que o ora agravado promoveu a devida comprovação do exercício de atividade rural por pelo menos dois anos antes do pedido de recuperação judicial. Ademais, no que tange às omissões das ressalvas dos artigos 6º, §§1º, 2º e 7º, art. 49, §§1º, 3º e 4º, previstas no art. 52, III da Lei 11.101/2005, foi ponderado que como o Magistrado não afastou expressamente a incidência no caso das ressalvas mencionadas pela parte agravante, sua observância continua sendo vital, tornando dispensável eventual menção pelo juiz para que surtam efeito. Dessa forma, foi negado provimento ao presente recurso. Em 08/06/2021, os agravantes interpuuseram Embargos de Declaração (autos nº 0071599-80.2020.8.16.0000 ED 1) diante do Acórdão supramencionado, afim de suprir as omissões e sanar as contradições que entenderam serem necessárias. Em 22/07/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 34, ocasião em que os Embargos de Declaração interposto pelos agravantes foi indeferido .
Autos de Agravo de Instrumento nº 0071623-11.2020.8.16.0000	Itaú Unibanco S.A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Itaú Unibanco S.A. em face da decisão de mov. 32.1 dos autos originários, pleiteando em síntese a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, assim como, pugnou a exclusão de Marcos Paulo Viecilli do polo ativo da presente Recuperação Judicial. Ademais, requereu a reforma da decisão recorrida, no tocante às omissões das ressalvas dos artigos 6º, §§1º, 2º e 7º, art. 49, §§1º, 3º e 4º, previstas no art. 52, III da Lei 11.101/2005. Em 30/11/2020, ao mov. 10.1, a Douta Desembargadora Relatora do presente recurso indeferiu o pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal. A parte Agravada apresentou petição de contrarrazões após ser intimada. Também intimada, esta Administradora Judicial manifestou-se apresentando um parecer a respeito do presente recurso. Na sequência, a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se apresentando um parecer onde posicionou-se pelo provimento do recurso interposto pelo agravante. Em data de 01/06/2021, acostou-se Acórdão ao mov. 75, no qual houve o entendimento de que o ora agravado promoveu a devida comprovação do exercício de atividade rural por pelo menos dois anos antes do pedido de recuperação judicial. Ademais, no que tange às omissões das ressalvas dos artigos 6º, §§1º, 2º e 7º, art. 49, §§1º, 3º e 4º, previstas no art. 52, III da Lei 11.101/2005, foi ponderado que como o Magistrado não afastou expressamente a incidência no caso das ressalvas mencionadas pela parte agravante, sua observância continua sendo vital, tornando dispensável eventual menção pelo juiz para que surtam efeito. Dessa forma, foi negado provimento ao presente recurso. Em 08/06/2021, os agravantes interpuuseram Embargos de Declaração (autos nº 0071623-11.2020.8.16.0000 ED 1) diante do Acórdão supramencionado, afim de suprir as omissões e sanar as contradições que entenderam serem necessárias. Foi acostado Acórdão ao mov. 32, o qual indeferiu o Embargos de Declaração interposto pelos Agravantes .



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento n° 0073307-68.2020.8.16.0000	Cooperativa de Crédito Unicred Desbravadora – Unicred Desbravadora X Marcos Paulo Viecilli EPP	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Cooperativa de Crédito Unicred Desbravadora – Unicred Desbravadora, em face da decisão de mov. 32.1 dos autos originários, pleiteando em síntese a exclusão de Marcos Paulo Viecilli do polo ativo da presente Recuperação Judicial. Intimado, o Agravado apresentou contrarrazões ao recurso interposto (mov. 19). Ademais, o AJ, também intimado, manifestou-se sobre o caso (mov. 20). Posteriormente, a Procuradoria-Geral de Justiça juntou parecer onde apresentou ser favorável ao provimento do recurso interposto pelo agravante. Em 01/06/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 53, no qual ficou compreendido que o ora agravado comprovou devidamente o exercício de atividade rural por pelo menos dois anos antes do pedido de recuperação judicial e, dessa forma, foi negado provimento ao presente recurso. Em 05/07/2021 foi dada baixa definitiva ao presente recurso.
Autos de Agravo de Instrumento n° 0074642-25.2020.8.16.0000	Banco John Deere S.A. e Banco John Deere Brasil LTDA X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco John Deere S.A. e Banco John Deere Brasil LTDA, em face da decisão de mov. 76.1 dos autos originários, pleiteando em síntese a concessão de medida liminar, a fim de que seja autorizada a retomada dos bens garantidos fiduciariamente que se encontram em posse das Recuperandas, assim como, requereu subsidiariamente que seja deferido o efeito suspensivo e que as Recuperandas e a Administradora Judicial fossem intimadas para se manifestar acerca da essencialidade dos bens em comento. Em 19/12/2020, ao mov. 11.1, o Douto Desembargador Relator do presente recurso indeferiu o pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal, bem como, denegou o efeito suspensivo. Intimadas, as Recuperandas apresentaram contrarrazões ao recurso (mov. 28.1). Ademais, esta Administradora Judicial, também intimada, manifestou-se a respeito da decisão de mov. 11.1 (mov.29.1). A Procuradoria-Geral de Justiça juntou parecer onde apresentou ser favorável ao provimento do recurso interposto pelo agravante. Ao mov. 42 o Agravante apresentou manifestação informando a desistência dos autos, em razão de composição extrajudicial junto as Recuperandas. Conforme decisão de mov. 44.1 o recurso não foi conhecido, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC.
Autos de Agravo de Instrumento n° 0003043-89.2021.8.16.0000	Banco John Deere S.A X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco John Deere S.A., em face da decisão de mov. 182 dos autos originários, requerendo em sede de medida liminar a concessão do efeito ativo ao presente recurso, para que seja excluído do polo ativo o agravado Marcos Paulo Viecilli. Ao mov. 100.1 foi deferida a liminar proposta pelos Agravantes e consequentemente, excluiu provisoriamente o produtor rural do polo ativo da RJ. Intimado, o AJ manifestou-se a respeito do mov. 100.1, conforme mov. 224.1. Na sequência, a parte Agravante realizou petição informando a desistência do recurso, alegando que seu crédito é extraconcursal (mov. 226.1). No mov. 228.1, a Duta Desembargadora Relatora do presente recurso decidiu monocraticamente por não dar provimento ao presente recurso, revogando a liminar deferida no mov. 100.1. Intimada, esta Administradora Judicial manifestou ciência da decisão. Ao mov. 98 o Agravante apresentou manifestação informando a desistência dos autos, em razão de composição extrajudicial junto as Recuperandas. Conforme decisão de mov. 99.1 o Douto Desembargador reconheceu prejudicada a análise do feito e determinou a devida extinção.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento nº 0013267-86.2021.8.16.0000	Banco Paccar S/A X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli e Marcos Paulo Viecilli	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco Paccar S/A, em face da decisão de mov. 76.1 dos autos originários, requerendo mediante medida liminar a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, para reconhecer que os bens financiados por meio do Banco Paccar não são essenciais ao desenvolvimento da atividade da Agravada e para indeferir o prosseguimento da ação de recuperação judicial em relação a empresa Marcos Paulo Viecilli EPP. Em 10/03/2021, conforme mov. 10.1, foi indeferida a medida liminar de atribuição de efeito suspensivo ao recurso em comento. Após, a Administradora Judicial apresentou parecer acostado ao mov. 24, posicionando-se pela manutenção da decisão a quo, ora agravada, nos seus exatos termos. Na sequência, as Recuperandas apresentaram contrarrazões ao presente recurso, conforme mov. 26. Em data de 12/04/2021, o Ministério Público apresentou parecer acostado ao mov. 30, no qual opinou pelo parcial conhecimento e pelo provimento do recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Paccar S.A. Em despacho acostado ao mov. 39, fora intimada a parte Agravante para se manifestar ante as contrarrazões apresentadas pela parte Agravada. Ato contínuo, a parte Agravante manifestou-se ao mov. 47 em 04/05/2021, onde pleiteou que a essencialidade dos bens e a manutenção de posse seja aplicado aos veículos gravados com alienação fiduciária no máximo pelo prazo de 180 dias e somente após a devida comprovação de sua essencialidade, além de também requerer seja vedada a extensão da decisão aos sócios da empresa Recuperanda para que ocorra o prosseguimento das ações e execuções em face dos sócios solidários, bem como indeferir o prosseguimento da ação de recuperação judicial em relação a empresa Marcos Paulo Viecilli EPP. Na sequência, em 04/05/2021, os Agravados manifestaram-se sobre o parecer apresentado pelo MP, onde alegaram que o parecer supramencionado foi baseado em meras presunções e sem observar as provas documentais juntadas, e dessa forma requereram seja negado provimento ao presente agravo, com a manutenção da decisão ante a manifesta essencialidade dos bens. Em 13/07/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 62, sendo o voto para conhecer parcialmente do recurso e, nessa extensão, dar-lhe provimento.
Autos de Agravo de Instrumento nº 0012046-68.2021.8.16.0000	Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA X Banco Volvo	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelas Recuperandas, em face da decisão de mov. 30.1 dos autos principais, pleiteando a concessão de efeito suspensivo ativo ao recurso interposto, para que seja afastada a quebra do sigilo contábil das Agravantes pela credora extracursal, ora Agravada, até que seja dirimido definitivamente se a mesma detém ou não interesse e legitimidade para realizar tal ato. Em 03/03/2021, conforme mov. 90.1, foi indeferida a medida liminar de atribuição de efeito suspensivo ao recurso em comento. Intimada, esta Administradora Judicial apresentou manifestação contida no mov. 224 a respeito dos presentes autos. Em 06/04/2021, ao mov. 225.1, a Agravada apresentou contrarrazões, requerendo o não conhecimento do presente recurso. Em parecer acostado ao mov. 229.1, o Ministério Público posicionou-se favorável pelo conhecimento e pelo desprovimento do recurso de Agravo de Instrumento. Em 15/06/2021, foi juntado Acórdão ao mov. 328, no qual ficou compreendido que qualquer interessado, desde que devidamente autorizado pelo juízo, pode ter acesso à escrituração contábil da Recuperanda, nos termos do art 51, §1º da lei 11.101/2005. Dessa forma, foi negado provimento ao presente recurso. Os autos transitaram em julgado em 10/08/2021.



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento nº 0010177-70.2021.8.16.0000	Banco CNH Industrial Capital S/A X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco CNH Industrial Capital S/A em face da decisão de mov. 310.1 dos autos originários, requerendo a antecipação da tutela recursal, suspendendo os efeitos da decisão que reconheceu a essencialidade dos bens de propriedade do Agravante para que seja condicionada a manutenção de posse dos bens com as Agravadas à demonstração inequívoca. Em 23/02/2021, conforme mov. 87.1, foi indeferida a medida liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal do recurso em comento. Na sequência, a parte Agravada juntou contrarrazões ao recurso. Ademais, a Procuradoria-Geral de Justiça juntou parecer onde apresentou ser favorável ao provimento do recurso interposto pelo agravante. Em 06/04/2021, ao mov. 283.1, a Agravante manifestou-se refutando os argumentos apresentados pela Agravada em suas contrarrazões, reiterando o requerimento pelo integral conhecimento deste recurso. Posterior a isso, as Recuperandas manifestaram-se a respeito do parecer apresentado pelo Ministério Público ao mov. 221, requerendo o não provimento ao presente agravo. Conforme mov. 467, em 25/06/2021 foi promovido a juntada de Acórdão, oportunidade em que foi dado provimento ao presente recurso e, dessa forma, fora afastada a declaração de essencialidade dos bens dados em alienação fiduciária em garantia nas cédulas de crédito bancário em questão. Não obstante, as Recuperandas opuseram Embargos De Declaração (autos nº 0010177-70.2021.8.16.0000 ED 1) em face do acórdão de mov. 467, a fim de que sejam sanados os vícios indicados. Destarte, os ora Embargantes pleitearam que seja concedido efeito suspensivo ao recurso de Embargos de Declaração oposto. Em decisão acostada ao mov. 66, foi indeferida a medida liminar para atribuir efeito suspensivo ao presente recurso. Em 09/07/2021, o Banco CNH manifestou-se, oportunidade em que ponderou pelo indeferimento do presente recurso. Ato contínuo, o Ministério Público apresentou manifestação posicionando-se pelo não conhecimento do recurso, alegando ser incabível rediscutir o que já fora julgado por meio de Embargos de Declaração. Em 12/08/2021, fora acostado Acórdão ao mov. 249, ocasião em que os Embargos de Declaração foram rejeitados.
---	---	--

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento nº 0007977-90.2021.8.16.0000	Camila Petry Bottini, Cristiano Alexandre Rafaeli, Maicon Leandro Rafaeli, Osmar Rafaeli e Wilson Bottini X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Camila Petry Bottini, Cristiano Alexandre Rafaeli, Maicon Leandro Rafaeli, Osmar Rafaeli e Wilson Bottini, pleiteando a concessão da tutela antecipada a fim de que seja excluído do polo ativo a pessoa física de Marcos Paulo Viecilli e o reconhecimento da não sujeição dos créditos dos agravantes a recuperação judicial. Em 16/02/2021, conforme mov. 13.1, foi indeferida a medida liminar de antecipação dos efeitos da tutela recursal do recurso em comento, ficando intimadas as partes e esta Administradora Judicial para se manifestarem. Com isso, o AJ apresentou manifestação contida no mov. 45. Ademais, as Recuperandas apresentaram contrarrazões ao recurso, conforme mov. 46. Manifestação dos credores Osmar Rafaeli, Cristiano Alexandre Rafaeli, Maicon Leandro Rafaeli, Wilson Bottini, Camila Petry Bottini acostada ao mov. 57, onde deram ciência ao indeferimento da liminar de antecipação de tutela recursal e pleitearam o regular processamento deste feito. Em 16/04/2021, ao mov. 61, o Ministério Público apresentou parecer, onde pronunciou-se pelo conhecimento e pelo desproimento do recurso interposto. Em 15/06/2021, foi promovida a juntada de Acórdão ao mov. 96, no qual os desembargadores acordaram em conhecer parcialmente do recurso e, nessa extensão, negar-lhe provimento. Posteriormente, em 02/07/2021, os autores opuseram Embargos De Declaração Com Efeitos Infringentes (autos nº 0007977-90.2021.8.16.0000 ED 1) em face do Acórdão de mov. 96 dos autos originários afim de que sejam sanadas as omissões e a contradição do referido Acórdão, no intuito de que seja dado provimento ao recurso de Agravo de Instrumento e para que ocorra consequente modificação da decisão proferida pelo juiz de 1º grau. Ato contínuo, em 22/07/2021 as Recuperandas manifestaram-se, ocasião em que apresentaram fundamentação a fim de que o recurso de Embargos de Declaração opostos pelos autores. Na sequência, houve juntada de parecer promovido pelo Ministério Público, ocasião em que o mesmo posicionou-se pelo conhecimento e pela rejeição dos Embargos de Declaração opostos, bem como pela aplicação de multa devido ao caráter manifestamente protelatório do presente recurso. Em 12/08/2021, foi acostado Acórdão ao mov. 41, ocasião em que os Embargos de Declaração opostos pela parte agravante foram rejeitados.
Autos de Agravo de Instrumento nº 0026160-12.2021.8.16.0000	Banco Volkswagen S.A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli, Marcos Paulo Viecilli e Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola LTDA	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco Volkswagen S.A. pleiteando a concessão da tutela antecipada a fim de revogar a decisão que prorrogou o prazo de stay period por mais 180 dias. Em 04/05/2021, a Douta Desembargadora proferiu decisão monocrática que recebeu o recurso, ocasião em que indeferiu o pedido de efeito ativo e manteve os efeitos da decisão que prorrogou a suspensão das execuções contra as Recuperandas, conforme mov.45. Intimada, esta Administradora Judicial apresentou parecer, no qual posicionou-se pela manutenção da decisão a quo, ora agravada, nos seus exatos termos, consoantes ao mov. 182. Ato contínuo, em 31/05/2021, os Agravados juntaram petição de contrarrazões, na qual rechaçaram os argumentos da parte Agravante e pleitearam seja negado provimento ao Agravo de Instrumento interposto, mantendo-se a decisão do juízo a quo nos termos proferidos. Em 03/07/2021, ao mov. 217, o Ministério Público manifestou-se pelo conhecimento e pelo desproimento do recurso de Agravo de Instrumento interposto. Em 31/08/2021, foi acostado Acórdão ao mov. 308, oportunidade em que foi negado provimento ao presente recurso.



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Autos de Agravo de Instrumento nº 0028932-45.2021.8.16.0000	Banco Volvo (Brasil) S/A. X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco Volvo (Brasil) S/A, o qual pleiteou a concessão de tutela antecipada a fim de revogar a decisão que prorrogou o prazo de stay period por mais 180 dias. Em 19/05/2021 a Douta Desembargadora proferiu decisão monocrática que recebeu o recurso, ocasião em que indeferiu o pedido de efeito ativo e manteve os efeitos da decisão que prorrogou a suspensão das execuções contra as Recuperandas, conforme mov.55. Intimada, esta Administradora Judicial apresentou parecer, no qual posicionou-se pela manutenção da decisão a quo, ora agravada, nos seus exatos termos, consoante ao mov. 118. Em 14/06/2021, as agravadas apresentaram contrarrazões acostadas ao mov. 203, oportunidade em que rechaçaram os argumentos da parte agravante, bem como pleitearam que o presente recurso seja indeferido. Em 20/08/2021, o Ministério Público apresentou parecer ao mov. 233, ocasião em que posicionou-se pelo não provimento do recurso. Ato contínuo, fora proferido despacho ao mov. 236, no qual foi determinado a intimação da parte Agravante para que se manifeste perante as contrarrazões apresentadas ao mov. 203. Em 31/08/2021, a Agravante manifestou-se ao mov. 239, oportunidade em que apresentou argumentações ressaltando que o presente recurso é tempestivo.
Autos de Agravo de Instrumento nº 0029555-12.2021.8.16.0000	Banco Paccar S/A X Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas – Eireli	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Banco Paccar S/A pleiteando a concessão da tutela antecipada a fim de revogar a decisão que prorrogou o prazo de stay period por mais 180 dias, bem como o reconhecimento da não essencialidade dos bens financiados pelo autor. Em 19/05/2021 a Douta Desembargadora proferiu decisão monocrática que recebeu o recurso, ocasião em que indeferiu o pedido de efeito ativo e manteve os efeitos da decisão que prorrogou a suspensão das execuções contra as Recuperandas, conforme mov. 10. Conforme intimada, em data de 02/06/2021 esta Administradora Judicial acostou parecer ao mov. 28, oportunidade em que se posicionou favorável aos termos da decisão de mov. 539.1 dos autos originários, ora agravada. Ato contínuo, conforme mov. 29, em data de 14/06/2021 as agravadas apresentaram contrarrazões ao presente recurso, na qual expuseram os dispositivos legais que viabilizam a prorrogação do stay period, bem como requereram o indeferimento do presente feito. Conforme mov. 33, o Ministério Público juntou parecer em data de 16/06/2021, no qual opinou pelo parcial conhecimento e, na parte conhecida, pelo desprovimento deste recurso. Em 24/08/2021, foi acostado Acórdão ao mov. 50, no qual foi votado por conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento.
Agravo Interno nº 0028932-45.2021.8.16.0000 Ag 1	Banco Volvo (Brasil) S/A. X Terra Fértil Comercio De Insumos Agrícolas - EIRELI	Trata-se de Agravo Interno interposto por Banco Volvo (Brasil) S/A diante da decisão democrática que indeferiu o efeito suspensivo ao Recurso de Agravo por Instrumento nº 0028932-45.2021.8.16.0000. Em 06/07/2021, ao mov. 97, esta Administradora Judicial apresentou parecer, ocasião em que se posicionou pela manutenção da decisão ora agravada, nos seus exatos termos. Ato contínuo, A Recuperanda apresentou contrarrazões ao Recurso interposto, ocasião em que pleiteou seja negado provimento ao Agravo Interno, mantendo-se a decisão que negou o efeito suspensivo em seus mesmos termos. Em data de 03/08/2021, o Ministério Público apresentou manifestação, ocasião em que posicionou-se pelo conhecimento e pelo desprovimento do recurso de agravo interno interposto pelo Banco Volvo.
Embargos de Declaração nº 0070653-11.2020.8.16.0000 ED 1	Grupo Terra Fértil X Banco Randon S/A	Trata-se de Embargos de Declaração interposto pelas Recuperandas na data de 01/07/2021 em face do Acórdão acostado ao mov. 78 dos autos de Agravo de Instrumento nº 0070653-11.2020.8.16.0000, afim que sejam sanados os vícios e omissões encontrados no referido Acórdão. O Banco Randon S/A manifestou-se alegando que o Acórdão não possui vícios e omissões, bem como ressaltou que a decisão foi fundamentada integralmente e de forma clara. Ato contínuo, o Ministério Público apresentou manifestação posicionando-se pelo não conhecimento do recurso, alegando ser incabível rediscutir o que já fora julgado por meio de Embargos de Declaração. Em 12/08/2021, ao mov. 32, fora acostado Acórdão, no qual foi decidido a rejeição do presente recurso.

Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Recursos Especial nº 0013267- 86.2021.8.16.0000 Pet 1	Grupo Terra Fértil X Banco Paccar S.A.	Trata-se de Recurso Especial interposto pelas Recuperandas em 14/07/2021. Os Recorrentes almejam a reforma do Acórdão acostado ao mov. 62 dos autos de Agravo de Instrumento nº 0013267-86.2021.8.16.0000, a fim que seja reconhecida a intempestividade do agravo. Não obstante, as Recuperandas pleitearam a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, sendo que o tema está sendo julgado nos autos sob o nº 0013267-86.2021.8.16.0000. A parte Recorrida apresentou contrarrazões ao requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso pelas Recuperandas, oportunidade em que pleiteou o seu indeferimento alegando a ausência de fundamento legal. Na sequência, o Desembargador indeferiu o pleito de atribuição de efeito suspensivo ao recurso promovido pelas Recuperandas. Em 05/08/2021, o Recorrido acostou contrarrazões ao mov. 11, oportunidade em que pleiteou que seja improvido o presente recurso.
Recurso Especial nº 0071599- 80.2020.8.16.0000 Pet 2	Banco Santander (Brasil) S.A. X Grupo Terra Fértil	Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Banco Santander (Brasil) S/A em 12/08/2021. Os Recorrentes buscam a reforma do Acórdão acostado ao mov. 34 dos autos de Agravo de Instrumento nº 0071599-80.2020.8.16.0000 ED 1, a fim de que seja sanada a omissão quanto a análise da matéria do tempo de exercício de atividade rural do Sr. Marcos Paulo Viecilli, a qual é irregular e viola o art. 48 caput e §2º da Lei 11.101/2005, segundo os Recorrentes.
Recurso Especial nº 0071623- 11.2020.8.16.0000 Pet 2	Itaú Unibanco S/A X Grupo Terra Fértil	Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Banco Santander (Brasil) S/A em 12/08/2021. Os Recorrentes buscam a reforma do Acórdão acostado ao mov. 34 dos autos de Agravo de Instrumento nº 0071599-80.2020.8.16.0000 ED 1, a fim de que seja sanada a omissão quanto a análise da matéria do tempo de exercício de atividade rural do Sr. Marcos Paulo Viecilli, a qual é irregular e viola o art. 48 caput e §2º da Lei 11.101/2005, segundo os Recorrentes.



Informações Processuais

No mês em apreço, houveram algumas movimentações processuais, das quais se destacam a petição das Recuperandas requerendo a juntada Plano de Recuperação Judicial consolidado (mov. 975), a petição da Administradora Judicial pleiteando a juntada do Relatório de Análise de Plano Aditivo de Recuperação Judicial (mov. 1082) e, por fim, a Decisão que determinou a revogação da essencialidade dos bens das Recuperandas, nos termos dos pedidos formulados pelo Banco Volvo e pelo Banco Volkswagen (mov. 1090).

Eventos ocorridos

Eventos Futuros

7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
07/10/2020	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
22/10/2020	Juntada da Constatação Prévia
26/10/2020	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
06/11/2020	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
05/11/2020	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
28/11/2020	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
18/12/2020	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ)
13/01/2021	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
20/01/2021	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
01/02/2021	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
22/02/2021	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra as Recuperandas – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
19/07/2021	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)

11. GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
Grupo Terra Fértil - Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas Eireli, Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola Ltda, Marcos Paulo Viecilli – EPP.
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas Eireli, Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola Ltda, Marcos Paulo Viecilli – EPP
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo
TRF – Tribunal Regional Federal

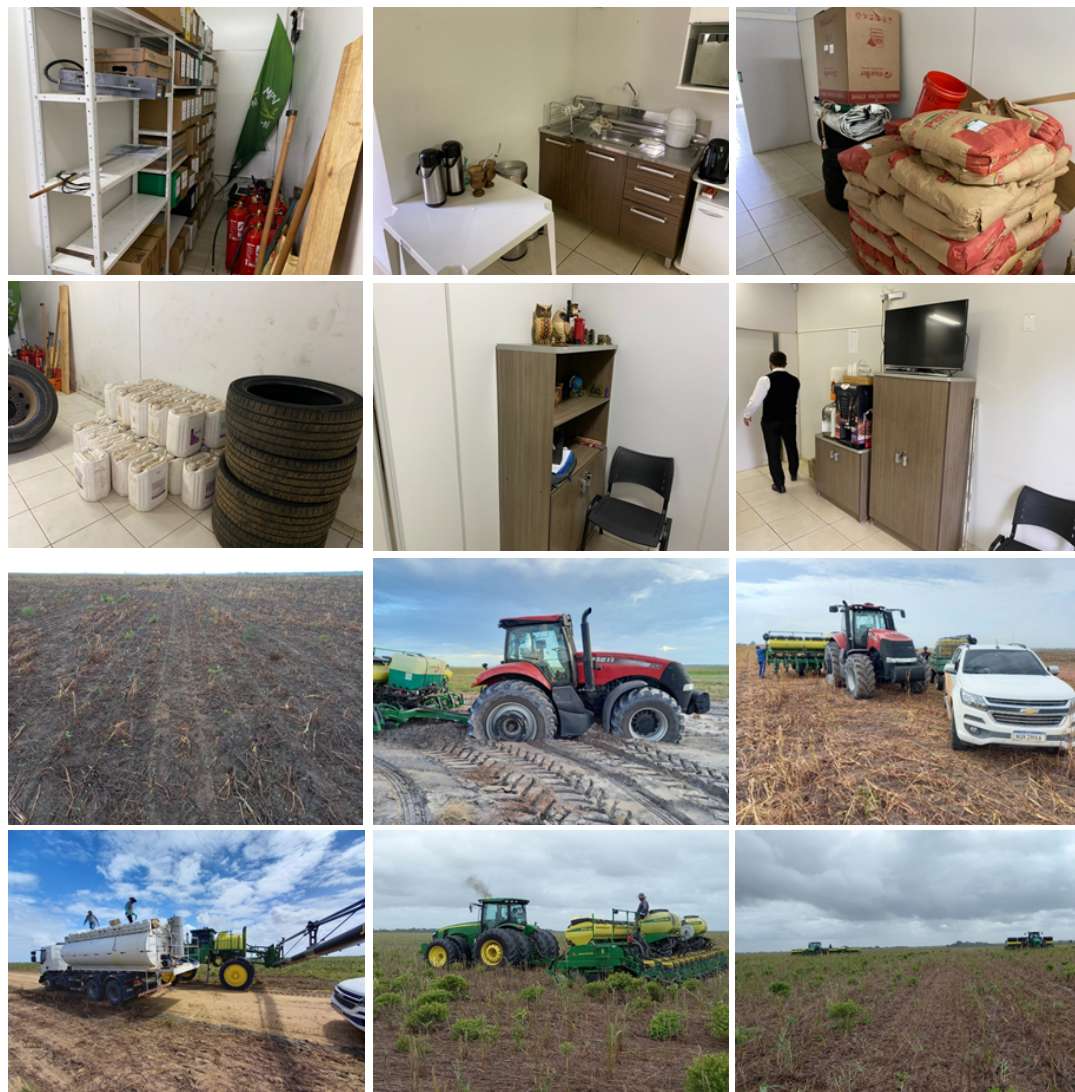


12. ANEXOS



Anexo I FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA

Durante o período sob análise – agosto de 2021 – esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências das Recuperandas.





CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968


MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

   /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDLC 2U2C9 5CM8H QLMUB